



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2017-CPL/RA IX

PROCESSO: nº 138.000.416/2017.

TIPO: MENOR PREÇO.

REGIME DE EXECUÇÃO: Indireta em regime de Empreitada por Preço Global.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa ocorrerá à conta de Recursos do Orçamento do Distrito Federal, Unidade Orçamentária 59.111, alocada à Natureza da Despesa 44.90.51, Fonte de Recursos 100, Programa de Trabalho **15.451.6207.3247.0002** – (EP) Reforma de Feiras – Reforma de Diversas Feiras em Ceilândia.

DATA DE ABERTURA/RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS: 18 / 12 / 2017 às 08:00 horas.

LOCAL: QNM 13 Área Especial Módulo “B”, Auditório da Administração Regional, CEP: 72.215-130, Ceilândia / DF, Fone: (61) 3471-9832

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - CPL/RAIX, designada pelo Senhor Administrador Regional, em conformidade com a Ordem de Serviço nº 51, de 28 de junho de 2017, publicada no DODF nº 127, de 05 de julho de 2017 e pela Ordem de Serviço nº 71, de 11 de agosto de 2017, publicada no DODF 155, de 14 de agosto de 2017, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e demais normas aplicáveis, fará realizar **Concorrência, do tipo MENOR PREÇO**, para a contratação de empresas de Engenharia para execução de Reforma de Prédio Próprio, atualmente ocupado pela Feira do P Norte em Ceilândia, conforme especificações constantes no Projeto Básico e demais anexos do Edital.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de Reforma de Prédio Próprio, atualmente ocupado pela Feira do P Norte em Ceilândia, conforme especificações constantes no Projeto Básico e demais anexos do Edital.

O preço total máximo que a Administração se propõe a pagar pelo objeto da presente licitação é de **R\$ 702.621,42 (setecentos e dois mil, seiscentos e vinte um reais e quarenta e dois centavos)**.

Outras informações e obtenção do edital, projeto básico e anexos, podem ser obtidos(as), **gratuitamente, junto a CPL**, na Sede da Administração Regional de Ceilândia, no endereço QNM 13 Área Especial Módulo “B”, Ceilândia / DF, Fone: (61) 3471-9839, das **8h30min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min**, mediante apresentação de uma mídia do tipo PENDRIVE com disponibilidade de espaço de, pelo menos, 2GB, ou através do site www.ceilandia.df.gov.br.

Não havendo expediente na data acima fixada, ficará a data de abertura da licitação adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, independentemente de comunicação aos participantes.



1. DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para **execução de Reforma de Prédio Próprio, atualmente ocupado pela Feira do P Norte em Ceilândia**, sob o regime de execução de empreitada por preço global, conforme detalhamento constante do Projeto Básico, Planilha Estimativa de Custos, anexos e discriminação a seguir, no **VALOR ESTIMADO de R\$ 702.621,42 (setecentos e dois mil, seiscentos e vinte um reais e quarenta e dois centavos)**.

2. DOS PARTICIPANTES

- 2.1. Poderão participar deste certame as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo do objeto e que satisfaçam as condições do presente edital e seus Anexos;
- 2.2. **Não poderá participar**, direta ou indiretamente, **da licitação** ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a ele necessário:
- 2.2.1. De forma isolada as Empresas que já estiverem participando sob a forma de consórcio, bem como, Empresas que estejam associadas em mais de um consórcio;
- 2.2.2. Pessoas jurídicas que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação, nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
- 2.2.3. Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão ou impedidas do direito de licitar ou contratar em qualquer esfera da Federação, em qualquer dos Poderes Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- 2.2.4. Direta ou indiretamente, autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 2.2.5. As pessoas alcançadas por força do Decreto 32.751, de 04 de fevereiro de 2011, que versa sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, em especial ao Art. 8º, transcrito abaixo:
- “Art. 8º Os editais de licitações e de chamamentos públicos estabelecerão a impossibilidade de participação de pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

I - agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

II - Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

2.2.6. Parágrafo único. A vedação de que trata o caput se aplica aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres. ”

2.2.7. Considerando o Art. 97 da Lei 8.666/93, será realizada prévia pesquisa junto aos Portais na Internet de Governo (STC/GDF e CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas / CGU) e no CNJ (Condenações cíveis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitação ou celebrar contratos com a Administração pública.

2.2.8. É vedada a participação na licitação de **empresa ou empresário IMPEDIDO** de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de que trata o Art. 7º da Lei 10.520/202 (Lei do Pregão).

2.3. **Não poderá participar da licitação**, direta ou indiretamente, as pessoas indicadas no art. 9º da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.”. Ademais, deve-se observar as vedações expostas no Decreto nº 32.751/2011- vedação do nepotismo e Decreto nº 36.520/2015

- 2.4. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste item, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 2.5. A vedação exposta no inciso III do artigo 9º da Lei nº 8.666/93 **refere-se aos servidores de qualquer administração regional, Secretaria de Estado das Cidades, Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação e Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, assim como aos servidores de qualquer órgão que esta Administração se encontra subordinada.** Ademais, nos termos do Decreto nº 36.520/2015, o servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, por si ou sob representação, não poderá participar de licitações ou firmar contratos com o órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação ao qual se vincula, observando o disposto em regulamento específico.
- 2.6. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSÓRCIO DE EMPRESAS**, por tratar-se de obra de pequeno porte, conforme justificativa apresentada pela Coordenação de Administração Geral – COAG, desta Administração Regional de Ceilândia e constante nos autos.

3. DOS ENVELOPES

- 3.1. Para participar na presente licitação, os interessados deverão apresentar os documentos à Comissão Permanente de Licitação na data, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, os envelopes fechados, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:
- 3.1.1. Envelope nº 1 (Documentação de Habilitação)
Concorrência nº **01/2017-CPL/RAIX**
Lotes nº: Descrever quais lotes irá participar
- 3.1.2. Envelope nº 2 (Proposta de Preços)
Concorrência nº **01/2017-CPL/RAIX**
Lote nº 01



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RAIX

CONCORRÊNCIA Nº 01/2017-CPL/RAIX
ABERTURA: DIA **18 / 12 /2017, às 08:00 horas**

- 3.2. A ABERTURA DOS ENVELOPES contendo a documentação para habilitação e as propostas, será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão;
- 3.3. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

4 DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA: A documentação necessária à habilitação será a seguinte:

- 4.1.1 Cópia da Cédula de identidade;
- 4.1.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 4.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 4.1.4 Inscrição do ato constitutivo, quando se tratar de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 4.1.5 A comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será por meio da apresentação do Registro de Empresas Mercantis (**contrato social**) ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, **CNPJ**, original (Internet) ou cópia autenticada. (art. 3º da Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa).
- 4.1.6 Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 4.1.7 Os documentos enumerados nos subitens **4.1.2 a 4.1.5 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido pela NOVACAP/DF;**

4.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 4.2.2 **Prova de inscrição no cadastro de Contribuintes** Estadual, Distrital ou Municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 4.2.3 Certidão Negativa de Débitos relativos aos **tributos federais e à Dívida Ativa da União**;
- 4.2.4 Prova de **regularidade perante a Fazenda Estadual** e Municipal do domicílio ou sede da licitante, se fora do Distrito Federal;
- 4.2.5 Prova de **regularidade perante a Fazenda do Distrito Federal**;
- 4.2.6 Prova de **regularidade relativa ao FGTS**;
- 4.2.7 **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Lei nº 12.440, de 07 de janeiro de 2011).
- 4.2.8 Certidão Negativa de **Débitos** – CND emitida pelo **INSS** ou instrumento equivalente, em plena validade.
- 4.2.9 A comprovação das regularidades a que se referem os subitens 4.2.3 a 4.2.8 poderá ser atendida mediante a apresentação de certidões negativas ou de certidões positivas com efeitos de negativas, em conformidade com o art. 206 do CTN;

4.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 4.3.1 Prova de inscrição ou registro da empresa e do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s), junto ao CREA/CAU, da localidade da sede da licitante;
- 4.3.2 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á, conforme o objeto:

a) EXIGÊNCIA: Apresentação de **Atestados(s) de Capacidade Técnica**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU, ou Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA/CAU, ou CRC/NOVACAP que **comprove**:

Comprovação de execução de no mínimo:

- **Execução de Estrutura Metálica, com no mínimo 400m²;**
- **Execução de Passeios (calçadas);**
- **Execução de Piso em Granitina, com no mínimo 1.718m²;**
- **Execução de Instalações Sanitárias.**

ou apresentação de CRC/NOVACAP Grupo: 03 Subgrupo: (3.10 ou 3.30) e 3.4 e 3.14

- 4.3.3 É admitida a soma de atestados provenientes de serviços prestados a empresas diversas para alcançar o quantitativo mínimo em obras ou serviços com características semelhantes e em proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.



4.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

- 4.4.1 **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício**, já exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da empresa, Autenticado/Registrado em Junta Comercial do Estado ou do Distrito Federal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. **Deverão ser obrigatoriamente assinados por contador (Bacharel em contabilidade) devidamente registrado perante o CRC**, com fulcro no Art. 3º, itens 22 e 26 c/c § 1º do Art. 3º da Resolução CFC nº 560/83 e pelo titular da empresa ou seu representante legal;
- 4.4.2 **Certidão Negativa de falência, concordata ou de recuperação judicial** ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, **em plena validade**;
- 4.4.3 A empresa que não puder apresentar o balanço do último exercício, em função de sua constituição ter ocorrido após 1º de janeiro do exercício corrente, deverá apresentar balanço de instalação (abertura) de acordo com a legislação vigente;
- 4.4.4 A comprovação da boa situação financeira a que se refere o item 4.4.1 será feita através do cálculo dos seguintes índices, os quais deverão estar devidamente aplicados, em memorial de cálculos, e apresentados juntamente com o Balanço Patrimonial, cujos **resultados deverão ser > (maior) que 1:**

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- 4.4.5 A(s) licitante(s) que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, **deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10%** (dez por cento) do valor total estimado para o lote ao qual concorre. A comprovação deverá ser feita quando da



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

habilitação, pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, conforme estabelecido no item 4.4.1. (Conforme Decisão nº 5876/2010-TCDF).

- 4.4.6 Também será exigida como critério de qualificação econômico-financeira, a Comprovação de recolhimento de garantia de participação, junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, do valor correspondente a 1% do orçamento estimado do lote a que pretenda concorrer, podendo a licitante optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, conforme valores a seguir:

R\$ 7.026,21 (sete mil, vinte e seis reais e vinte e um centavos).

- 4.4.7 O recolhimento da Caução de Participação, deverá ser efetuado na Tesouraria da Secretaria da Fazenda, Anexo do Buriti, sala 1117, 11º andar no horário de funcionamento bancário até o dia **15 de dezembro de 2017** e o **comprovante ser apresentado juntamente com a documentação do envelope nº 01, no dia de realização do certame.**
- 4.4.8 Os licitantes deverão antes de recolher a caução comparecer a **Gerência de Orçamento e Finanças – GEOFIN**, da Administração Regional de Ceilândia para retirar o ofício de encaminhamento, para o recolhimento da citada caução.
- 4.4.9 A garantia de participação será devolvida depois de realizada a licitação, devendo para isso, a interessada encaminhar solicitação de devolução, acompanhada da respectiva Guia de Recolhimento, à tesouraria da Secretaria de Fazenda, devidamente autuada no protocolo da mesma.
- 4.4.10 Alertamos que conforme orientação da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, mensagem 5817, de 26 de março de 2014, baseada no Parecer de nº 110/2014-PROCAD/DF, “as Cartas de Fiança emitidas por consultorias empresariais ou qualquer outra garantia fidejussória ofertada por entidades não credenciadas como instituição Bancária pelo Banco Central do Brasil, não servem para os fins do art. 56, par. 1º, III, da Lei 8.666/93, não devendo, portanto, serem aceitas nos certames licitatórios por órgãos desta Unidade da Federação.”

4.5 DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS:

- 4.5.1 **Declaração** da licitante, confeccionada de acordo com o **Anexo III** deste edital, de que não possui, em seu quadro de pessoal empregado(s) **menores de 18 (dezoito) anos em trabalho** noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e do art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93;
- 4.5.2 **Declaração, sob as penas da lei, da inexistência de fato impeditivo** da habilitação, confeccionada de acordo com o **Anexo XI** deste edital;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.5.3 **Declaração de Vistoria ao local das obras**, expedida pela Coordenação de Obras, a qual deverá ser agendada pelos telefones (061) 3372-3117 / 3372-3126, **Anexo VIII**;

4.5.3.1 As vistorias serão devidamente acompanhadas por técnicos da Coordenação de Obras e disponibilizadas no horário das 09h00 até 12h00, limitadas a apenas 01 (uma) visita por dia, da qual poderão participar quaisquer números de licitantes que se encontrem presentes ou representados;

4.5.3.2 A vistoria deverá ser realizada por um responsável legal da licitante interessada;

4.5.4 **A Declaração de Vistoria** poderá ser substituída por DECLARAÇÃO FORMAL, assinada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do local, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Administração Regional de Ceilândia-RAIX, conforme **Anexo VII**.

4.5.5 **Declaração da licitante de recebimento dos documentos** e de seu conhecimento de todas as informações e condições do objeto da licitação, conforme **Anexo IX**;

4.5.6 **Declaração** da licitante, para as **microempresas ou empresas de pequeno porte**, confeccionada de acordo com o **Anexo V** deste edital. As microempresas e empresas de pequeno porte farão jus ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado concedido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.6.1 As licitantes que participarem desta licitação como microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação e a proposta de preços instruída em conformidade com as exigências dos itens 4 e 5 deste edital e, ainda, declaração em conformidade com o **Anexo V** deste ato convocatório, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

4.5.7 **Declaração da licitante de compatibilidade e subcontratação**, em conformidade com o **Anexo X**, na qual declara e atesta que os preços unitários, totais, globais e o BDI são de sua responsabilidade e compatíveis com o objeto e prazo desta licitação, com as condições do local onde serão executados os serviços e suas particularidades, e os quantitativos apresentados na planilha do orçamento a ser preenchida, estando incluídos todos os serviços e equipamentos a serem entregues. Declara também que subcontratará os serviços especializados somente de pessoas físicas ou jurídicas habilitadas na forma da lei, após a anuência da fiscalização.



- 4.5.8 **Declaração de Responsabilidade Técnica e pela indicação da equipe técnica**, em conformidade com o **Anexo XII**, na qual declara, para os devidos fins e efeitos legais, que assumirá a Responsabilidade Técnica da obra objeto deste certame.
- 4.5.9 **Declaração de vedação ao nepotismo**, em conformidade com o **Anexo XIII**, na qual declara para os devidos fins de direito que a presente pessoa jurídica não possui administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança nos termos do Decreto Distrital n. 32.751/2011.

4.6 DEMAIS OBSERVAÇÕES PARA HABILITAÇÃO

- 4.6.1 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato; contudo, deverá a licitante apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 4.6.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.
- 4.6.3 Considera-se que o proponente é declarado vencedor no momento posterior ao julgamento das propostas, ou seja, na divulgação do resultado de julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal previsto no subitem anterior, para a abertura da fase recursal.
- 4.6.4 A prorrogação do prazo prevista no subitem 4.6.2 poderá ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.
- 4.6.5 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.6.2 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e neste instrumento, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 4.6.6 Os documentos que instruem a habilitação poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada na forma da lei ou ainda mediante cotejo da cópia com original, pelo próprio servidor a quem o documento deva ser apresentado, ou ainda cópia de publicação em



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

órgão de Imprensa Oficial, não sendo aceita cópia por fac-símile, em nenhuma hipótese;

- 4.6.7 As certidões que não explicitarem prazo de validade deverão ter sua data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias corridos da data prevista para recebimento dos envelopes, exceto as certidões referentes à capacidade técnica, de acordo com o art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93;
- 4.6.8 **Será considerada inabilitada** a licitante que apresentar sua documentação em desacordo com o estabelecido em qualquer um dos subitens do **item 4.**;
- 4.6.9 Qualquer manifestação nos atos relacionados à presente licitação fica condicionada à apresentação, pelo representante da licitante, de documento de identificação e instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, e ainda, cópia do contrato social, caso se trate de sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado da empresa;**
- 4.6.10 O representante legal, no ato da entrega dos envelopes, deverá identificar-se, exibindo cédula de identidade oficial e a documentação que comprove sua condição;
- 4.6.10.1 A não apresentação dos documentos de credenciamento, se solicitados, ou a incorreção destes, não inabilitará a licitante, mas impedirá a representação e a manifestação da licitante;
- 4.6.11 Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante;
- 4.6.12 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; sendo a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 4.6.13 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 4.6.14 Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes, matriz e filiais, com diferenças de números nos documentos pertinentes as CND (INSS) e ao CRS (FGTS), quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 4.6.15 O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) tanto pela matriz como pela filial.
- 4.6.16 Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e ABERTAS as propostas de preços, **não cabe** desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



5 DO ENVELOPE DE PROPOSTA

5.1 No envelope de proposta deverá conter:

5.1.1. **Carta Proposta**, conforme modelo **Anexo I**, a qual será obrigatoriamente apresentada no original, sob pena de desclassificação, devidamente preenchida com as seguintes informações:

5.1.1.1. Número do CNPJ/MF;

5.1.1.2. Número de telefone e e-mail; (facultativo);

5.1.1.3. Identificação conta bancária, nome, código, agência e número da conta (facultativo);

5.1.1.4. Preço global em real, constando apenas duas casas após a vírgula, em algarismo e por extenso. Havendo divergência entre o valor em algarismo e o por extenso, prevalecerá o último, pelo qual a licitante se proporá a executar a obra, onde estarão incluídos:

5.1.1.4.1. Despesas e adicionais pertinentes;

5.1.1.4.2. Administração, uniforme, material, mão de obra, transporte, alimentação, ferramentas e equipamentos;

5.1.1.4.3. Encargos trabalhistas e sociais;

5.1.1.4.4. Impostos, tributos, taxas, licenças, alvará de construção, seguros e carta de habite-se;

5.1.1.4.5. Tudo mais que for necessário à completa execução da obra;

5.1.1.5. A carta proposta será redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e assinada e carimbada pelo representante legal ou responsável técnico da empresa pela execução da obra;

5.1.1.6. **O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta;

5.1.2. **A planilha orçamentária** deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II-C** deste edital, seguindo fielmente os itens constantes, admitindo-se a transcrição em formulário da empresa;

5.1.2.1. Os serviços, materiais ou equipamentos não constantes no caderno de especificações e encargos, ou dos projetos, mas constantes nas planilhas orçamentárias da Coordenadoria de Obras da Administração Regional, serão executados, fornecidos e instalados;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 5.1.2.2. A licitante deverá utilizar o quantitativo do orçamento da Coordenadoria de Obras da Administração Regional, **Anexo II-C** deste edital;
- 5.1.2.3. A licitante deverá conferir os quantitativos da Coordenadoria de Obras da Administração Regional e adequar os seus preços unitários para os respectivos serviços;
- 5.1.2.4. Os custos unitários de materiais e serviços constantes da Planilha Orçamentária – Proposta de Preços da licitante, não poderão ser superiores àqueles que constam na Planilha de Custos Estimados pela Coordenadoria de Obras da Administração Regional, **Anexo II-C** deste edital;
- 5.1.3 A Planilha do Cronograma Físico-Financeiro deverá estar conforme os percentuais de execução constantes no Anexo II-D deste edital;**
- 5.1.4 **A Planilha Resumo do Orçamento (Analítica)** deverá ser entregue conforme Anexo II-E deste edital;
- 5.1.5 **A Planilha de composição de BDI** – Benefícios e Despesas Indiretas deverá ser entregue conforme Anexo II-D deste edital;
- 5.1.6 **A Planilha de Encargos Sociais** deverá ser entregue conforme Anexo II-G deste edital;
- 5.2. Os preços poderão ser reajustados na hipótese do item 9.8 deste Edital.
- 5.3. A licitante deverá apresentar discriminação detalhada do BDI adotado, contendo, para cada um dos grupos, os seus subcomponentes e seus respectivos percentuais
- 5.4. É facultada à Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências nas empresas licitantes, visando esclarecer o processo, inclusive para verificação de suas instalações comercial e operacional (maquinário em geral, pessoal, etc.) para execução da obra, bem como, solicitar por escrito, ou através de contato pessoal, informações ou esclarecimentos à documentação apresentada, devendo a licitante cingir-se ao que for solicitada, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente das propostas; (Art. 43, § 3º da Lei 8.666/93).

6. DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO

- 6.1. O julgamento da habilitação dos interessados será feito mediante o exame dos documentos apresentados, abrindo-se vista às licitantes, a fim de que, juntamente com a Comissão, rubriquem os documentos, em conformidade com o art. 43, § 2º, da Lei nº 8.666/93;
- 6.2. **Não será considerada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e seus anexos, ou em desacordo com as formalidades previstas;**
- 6.3. Após a abertura dos envelopes relativos à documentação de habilitação, a Comissão de Licitação poderá, a seu critério exclusivo, suspender a reunião a fim



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, e marcar, posteriormente, nova data e horário em que voltará a reunir-se com os interessados, para abertura dos envelopes de propostas;

- 6.4. Ocorrendo o caso previsto no subitem anterior ou havendo interposição de recurso, a Comissão e licitantes deverão rubricar os envelopes lacrados de Propostas de Preços, que ficarão em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação ou os recursos interpostos;
 - 6.4.1. Os envelopes “Proposta”, não abertos, apresentados pelas licitantes inabilitadas, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação à disposição das licitantes pelo período de 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento da licitação (transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, denegados os recursos interpostos), após o que poderão ser destruídos;
- 6.5. O não comparecimento de qualquer licitante à nova reunião marcada para a abertura das propostas de preços não impedirá que ela se realize;
- 6.6. A ata será lavrada e assinada por todos os membros da Comissão, e os documentos ficarão à disposição dos licitantes, para exame;
- 6.7. Julgada a habilitação, e estando presentes todos os representantes legais das licitantes, a Comissão poderá, na mesma reunião, proceder à abertura dos envelopes da proposta de preços dos habilitados, desde que tenha havido renúncia expressa dos referidos licitantes ao recurso, o que será consignado em ata, devolvendo à(s) empresa(s) inabilitada(s) o(s) envelope(s) de Proposta(s) de Preços. Não havendo unanimidade dentre os licitantes na renúncia ao direito de recorrer ou ocorrendo a ausência de representante legal de qualquer uma das licitantes, a Comissão suspenderá a reunião e intimará os ausentes, através de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, sobre o resultado da habilitação, na forma do art. 109, § 1º, da Lei 8.666/93;
- 6.8. No julgamento das propostas será levado em consideração o tipo de licitação fixado no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº. 8.666/93 qual seja, MENOR PREÇO;
- 6.9. Serão corrigidas as Planilhas Resumo do Orçamento (Analíticas) que apresentarem os seguintes erros, falhas, omissões e discrepâncias, levando em consideração os preços unitários:
 - 6.9.1. O somatório da mão-de-obra mais o material que não resulte no preço unitário do subitem, sendo este o valor a ser corrigido;
 - 6.9.2. O produto do preço unitário total pelo quantitativo do subitem que não resulte no preço total do subitem, sendo este o valor a ser corrigido;
 - 6.9.3. O somatório dos itens que não resulte no subtotal da proposta, sendo este o valor a ser corrigido;
 - 6.9.4. O somatório do subtotal mais o BDI que não resulte no preço total da proposta, sendo este o valor a ser corrigido;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

6.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- 6.10.1. Não atenderem às especificações e às exigências contidas neste edital;
- 6.10.2. Contiverem cláusulas de antecipação;
- 6.10.3. Ofertarem preços unitários e global, com valores superiores aos estabelecidos na planilha orçamentária estimada da Coordenação de Obras da Administração Regional de Ceilândia;
- 6.10.4. Apresentarem valor global com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com o mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação, ou seja, propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
 - a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Coordenação de Obras da Administração Regional de Ceilândia;
 - b) Valor orçado pela Coordenação de Obras da Administração Regional de Ceilândia.
- 6.10.4.1. Das licitantes classificadas na forma do item 6.11.4, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do Art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do item 6.11.4 e o valor da proposta.
- 6.10.5. Apresentarem quantitativos, percentuais ou valores de preços simbólicos ou nulos;
- 6.10.6. Não apresentarem os valores de mão-de-obra, de materiais e preços unitários dos serviços;
- 6.11. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, na forma do § 2º do artigo 44 da Lei 8.666/93;
- 6.12. A comissão de licitação, após efetuar a classificação das propostas e proceder ao respectivo julgamento e transcorridos os prazos recursais, encaminhará o todo o processo à autoridade competente para fins de homologação do certame e adjudicação do objeto em favor da empresa vencedora e, em seguida, sua respectiva publicação.



7 CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 7.1. Será considerada vencedora a proposta da licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL no lote(s) que concorrer e atender a todas as exigências do Edital;
- 7.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo;
- 7.3. Verificando-se a ocorrência de preços diferentes para itens com a mesma especificação, prevalecerá o menor preço proposto para tais itens, como critério de julgamento.
 - 7.3.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - 7.3.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
 - 7.3.3. O disposto no item 7.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - 7.3.4. A preferência de que trata o subitem 7.3.1 será concedida da seguinte forma:
 - a) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, devendo para tanto a proposta ser classificada como vencedora do certame;
 - b) Não ocorrendo à classificação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre em situação de empate, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
 - d) O prazo para apresentação de nova proposta inferior deverá ser de no máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de preclusão;
 - e) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos neste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
 - f) O disposto no item 7.3.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.4. Caso todos os licitantes sejam inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, a Comissão poderá, a seu juízo, fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram à desclassificação, na forma do art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93;



8. DAS GARANTIAS

- 8.1 Será exigida, em forma de caução da firma vencedora, garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo a contratada optar por uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93: a) Dinheiro, ou em Títulos da Dívida Pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; b) Seguro-garantia ou c) Fiança Bancária.
- 8.2 Será exigida garantia adicional dos licitantes classificados na forma do Art. 48, § 2º, da Lei nº 8.666/93;

9 DO CONTRATO

- 9.1. Será firmado contrato com a(s) empresa(s) vencedora(s) para execução da obra, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL;
- 9.2. A Administração convocará a empresa adjudicatária para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, assinar o contrato nas condições previstas neste ato e nas disposições legais aplicáveis;
- 9.3. Fazem parte do Termo de Contrato independente de transcrição ou publicação, as disposições deste ato convocatório e seus anexos;
- 9.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pela parte interessada durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, a critério da Administração;
- 9.5. Dos Prazos:
- 9.5.1. O prazo de execução da obra será de até **120 (cento e vinte dias)** dias corridos, conforme cronograma físico-financeiro, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, obedecendo às etapas do cronograma físico-financeiro;
- 9.5.2. O prazo de vigência do contrato será de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias corridos, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº. 8.666/93.
- 9.6. O não cumprimento dos prazos estabelecidos sujeita a empresa contratada às penalidades previstas neste edital e na legislação pertinente;
- 9.7. A recusa injustificada em firmar o contrato dentro do prazo estabelecido, além de caracterizar o descumprimento total da obrigação assumida, autoriza a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a licitação;
- 9.8. O contrato não será reajustado, em vista do disposto no artigo 28 da Lei nº 9069/95 e legislação complementar, salvo o caso de prorrogação da execução do objeto, que poderá exceder o período de 12 (doze) meses, pelo índice disposto no item a seguir:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 9.9. Caso o contrato ultrapasse a periodicidade inicial e supere a vigência de um ano, o reajuste será efetuado, tendo como base a data de apresentação da proposta, de acordo com a Lei nº 9.069/95 e legislação complementar, em periodicidade anual ou outra que porventura seja estabelecida pelo Poder Público, em conformidade com índice INCC/FGV, e de acordo com as disposições a serem baixadas pelo Poder Executivo, observada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento

V = valor contratual do serviço a ser reajustado;

I1 = número índice à época do reajustamento;

I0 = número índice à época do recebimento da proposta;

- 9.9.1. Caberá à empresa contratada efetuar os cálculos de cada reajustamento e submetê-los à aprovação da contratante;
- 9.10. O limite permitido para subcontratação é de 30% do valor global da obra, desde que trate de serviços mais especializados que justifiquem tal medida, condicionada à prévia e formal anuência da Administração Regional de Ceilândia-RAIX, desde que atendidas às condições de habilitação pela subcontratada (regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira), as quais deverão ser mantidas durante a execução do contrato.
- 9.11. É proibida a utilização de mão de obra infantil para a execução do objeto desta licitação (Lei nº 5.061, de março de 2013).
- 9.11.1. O uso ou emprego da mão de obra infantil constitui motivo para a rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme artigo 2º da Lei Distrital nº. 5.061 de 08/03/2013.
- 9.12. O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, que incentive a violência contra a mulher, que exponha a mulher a constrangimento, que seja homofóbico, ou que represente qualquer tipo de discriminação constitui motivo para rescisão de contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. (Lei nº 5.448/2015).

10. DA EXECUÇÃO DA OBRA

- 10.1. A execução da obra obedecerá rigorosamente ao Projeto Básico – Caderno de Especificações e Encargos e demais anexos deste ato convocatório, não podendo ser feita nenhuma alteração sem o consentimento prévio, por escrito, da Coordenação de Obras da Administração Regional de Ceilândia;
- 10.2. A obra poderá ter início com a competente anotação de Responsabilidade Técnica no CREA/DF, conforme Art. 3º da Resolução nº. 1.025, CONFEA;
- 10.3. Serão acrescidos ao prazo de conclusão da obra, desde que devidamente registrados no “Diário de Obra” e reconhecidos pela Fiscalização:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 10.3.1. Os dias de paralisação motivada por modificação nas especificações determinadas pela fiscalização ou pela falta de elementos necessários à execução da obra, cujo fornecimento lhe couber, ou quaisquer outros motivos que lhe seja imputável;
- 10.3.2. As paralisações que independam do controle da contratada, decorrentes de caso fortuito ou força maior, a que se refere o art. 393 do Código Civil;
- 10.4. Não será iniciada obra sem a correspondente “ORDEM DE SERVIÇO” discriminada;
- 10.5. De acordo com a liberação de recursos alocados à Administração Regional de Ceilândia-RAIX, será emitida a ORDEM DE SERVIÇO que poderá contemplar a obra na sua totalidade ou na sua parcialidade;
- 10.6. No último caso, será observado o valor dos recursos efetivamente empenhados à contratada;
- 10.7. Após a assinatura do contrato e antes da emissão da ordem de serviço, a contratada apresentará um cronograma físico-financeiro conforme os percentuais de execução constantes no Anexo II-D deste edital;
- 10.7.1. O cronograma físico-financeiro poderá sofrer alterações durante a execução do contrato, desde que assim seja autorizado pela contratante;

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual ou de sua parcela, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, a CONTRATADA solicitará ao executor do contrato autorização para emissão da Nota Fiscal e protocolizará na Administração Regional de Ceilândia com seu respectivo **Diário de Obras**, que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 dias.
- 11.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para empresas de fora que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal, a liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA
- 11.3. Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar prova de regularidade relativa à: Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para com a Secretaria da Receita Federal e para com a Fazenda do Distrito Federal, em plena validade. Ademais, por ocasião do pagamento, a contratada também deverá apresentar prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (art. 29, inc. V, da Lei n. 8.666/93).



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 11.4. **O PAGAMENTO DA PRIMEIRA NOTA FISCAL OU FATURA** ficará condicionado à apresentação da seguinte documentação, além daquela prevista nos itens 11.1 e 11.3:
- a) Diário de Obras;
 - b) Licenciamento da obra;
 - c) Matrícula da obra ou serviço no INSS;
 - d) Relação de empregados – RE;
 - e) Guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários;
 - f) A.R.T. (Anotação do Responsável Técnico) – CREA/DF da obra ou serviço;
 - g) Recolhimento da Garantia Contratual, prevista no Capítulo XIII; e,
 - h) registro da obra perante o CREA.
- 11.5. **O PAGAMENTO DAS DEMAIS NOTAS FISCAIS OU FATURAS** ficará condicionado à apresentação da seguinte documentação, além daquela prevista nos itens 11.1 e 11.3:
- a) Diário de Obras;
 - b) Relação de empregados – RE;
 - c) Guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários;
- 11.6. **A autorização para a contratada emitir a última Fatura, para pagamento, ocorrerá somente após:**
- a) o recebimento provisório da obra e/ou serviço; e,
 - b) a apresentação da guia de quitação das taxas de energia elétrica, água, se for o caso, à comprovação de regularidade fiscal da empresa junto a SEF/DF e relativa aos encargos sociais.
- 11.7. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE.
- 11.8. **Não haverá antecipação de pagamentos, nos termos do art. 64 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010;**
- 11.9. Não serão objetos de pagamento os materiais estocados no canteiro de obras para utilização futura;
- 11.10. Quanto às exigências dispostas no art. 40, inciso XIV, incisos “a”, “c”, “d” e “e”, da Lei nº 8.666/93, será observado o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001;
- 11.11. Caso não seja cumprido o prazo estipulado no item 11.1, ressalvadas as hipóteses previstas nos itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.8, o Contratante pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE *pro rata tempore* die, proporcionalmente aos dias de atraso, conforme determina o Decreto-DF 37.121/2016.



12. DAS OBRIGAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato, de a contratada possuir, em seu quadro, profissional(is) de nível superior, Engenheiro Civil ou Arquiteto, com capacitação técnica para execução dos serviços, devidamente reconhecido(s) pelo CREA/CAU, detentores de atestado(s) de capacidade técnica ou Certidão(ões) de Acervo Técnico citada no item 4.3.4, profissionais esses que deverão ser os Responsáveis Técnicos da obra.
- 12.1.1 A comprovação do vínculo entre o profissional e a licitante deverá se dar por um dos seguintes meios: a) sócio – cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente; b) diretor – cópia autenticada do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa em se tratando de sociedade anônima; c) empregado – cópia autenticada da ficha ou livro de registro do empregado registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); d) autônomo prestador de serviço – cópia autenticada do contrato de prestação de serviços. (Incluído em cumprimento à Decisão TCDF nº 863/2015)
- 12.2. Dar início aos trabalhos até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço;
- 12.3. Empregar na execução da obra, pessoal legalmente contratado;
- 12.4. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Fiscalização a ser exercida pela Coordenação de Obras da Administração Regional de Ceilândia, atendendo prontamente as reclamações;
- 12.5. Cumprir rigorosamente os projetos, caderno de especificações e encargos e demais anexos deste ato convocatório;
- 12.6. Cumprir rigorosamente as normas do Código Civil, Código de Edificações, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes;
- 12.7. Comunicar a Coordenação de Administração Geral - COAG, desta Administração Regional, por escrito, qualquer alteração havida no seu ato constitutivo, estatuto ou contrato social, durante o prazo de execução da obra, juntando os documentos comprobatórios, por cópia autenticada;
- 12.8. Manter permanentes contatos com a Administração objetivando evitar interrupções na execução da obra;
- 12.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitação, quando a fiscalização verificar vícios, defeitos ou incorreções na execução ou no material empregado;
- 12.10. Indenizar ou restaurar, quando for o caso, os danos causados às vias ou logradouros públicos, bem como as redes de infraestrutura dos edifícios, durante a execução da obra;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 12.11. Providenciar, às próprias expensas, todas as ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, energia elétrica, telefone, etc., e responsabilizar-se pelo pagamento referente ao respectivo consumo às prestadoras de serviço, até a entrega da obra;
- 12.12. Entregar a obra completamente limpa;
- 12.13. Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do pessoal e serviços, tais como salários, encargos sociais, impostos, seguros e afins;
- 12.14. Responsabilizar-se civil e criminalmente, fiscal e trabalhista, por todo e qualquer dano que venha causar à Administração ou prepostos, em decorrência da execução da obra objeto desta licitação, não cabendo a Administração, em nenhuma hipótese, responsabilidade por quaisquer danos verificados durante a vigência do contrato, diretos ou indiretos, ou lucros cessantes;
- 12.15. Responsabilizar-se, ainda, por eventuais danos ou desvios de bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar a reparação correspondente logo após o recebimento da notificação, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber;
- 12.16. Designar, quando da assinatura do Contrato, Engenheiro Civil ou Arquiteto que assuma a fiscalização e a responsabilidade técnica da obra até o recebimento definitivo, que terá, obrigatoriamente, de ser o referido nos atestados, indicando nome, endereço, telefone, registro no CREA;
- 12.17. Assumir a responsabilidade por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, inclusive ao pagamento de seguros contra acidente de trabalho, contra incêndio e a favor de terceiros;
- 12.18. Adaptar todos os projetos executivos e o caderno de especificações e encargos, em razão de possíveis alterações do projeto original. A referida adequação deverá ser submetida à aprovação da fiscalização da contratante e dos órgãos públicos pertinentes;
- 12.19. Submeter à apreciação da fiscalização da Administração Regional de Ceilândia-RAIX qualquer substituição na parte técnica ou de empresa subcontratada. Quando o profissional substituído tiver contribuído com acervo técnico, descrito anteriormente, seu substituto também deverá possuí-lo;
- 12.20. Entregar à contratante, ao término da obra, todos os documentos de garantia e "AS BUILT" dos serviços executados, de acordo com a legislação vigente, bem como todos os projetos de arquitetura e respectivos detalhes;
- 12.21. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e nas condições de habilitação e qualificação exigidas para a habilitação;
- 12.22. **Caso a empresa vencedora da licitação tenha sede fora do DF, antes da assinatura do contrato, deverá providenciar o visto do CREA/DF em seu Registro expedido pelo CREA de origem, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas neste edital;**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 12.23. A contratada deverá recolher preço público, taxas, aluguel ou quaisquer outras despesas pela ocupação de terrenos contíguos à obra para viabilizar a sua execução, se for necessário.
- 12.24. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. Cumprir as condições de pagamento estipuladas;
- 13.2. Emitir, no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da comunicação formal pela contratada, o Atestado de Execução, que servirá de base para o faturamento;
- 13.3. Oferecer todos os elementos e demais informações de sua responsabilidade, necessários ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

14. DAS PENALIDADES

14.1. Das Espécies

14.1.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:**

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração de qualquer esfera da Federação, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



14.1.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.2. Da Advertência

14.2.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedida pelo Administrador Regional de Ceilândia (Ordenador de Despesas) se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

14.3. Da Multa

14.3.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, Administrador Regional de Ceilândia (Ordenador de Despesas), por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Redação do Decreto nº 35.831/2014)

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério da Administração Regional de Ceilândia-RAIX, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Redação do Decreto nº 35.831/2014)

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Redação do Decreto nº 35.831/2014)

14.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

14.3.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

14.3.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na Administração Regional, ou no primeiro dia útil seguinte.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

14.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

14.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **14.1.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

14.3.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da Administração em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem **14.3.1**.

14.3.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **14.3.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

14.4. Da Suspensão

14.4.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pelo Administrador Regional de Ceilândia (Ordenador de Despesas), a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

14.4.2. O Administrador Regional de Ceilândia (Ordenador de Despesas) é a autoridade competente para aplicar a penalidade de suspensão quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório e/ou na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

14.4.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União).

14.4.4. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.



14.5. Da Declaração de Inidoneidade

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Administrador Regional de Ceilândia (Ordenador de Despesas), à vista dos motivos informados na instrução processual.

14.5.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item **14.5** permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

14.5.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União), e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. Das Demais Penalidades

14.6.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
- II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem **14.5**;
- III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem **14.4.3** e **14.4.4**.

14.6.2. As sanções previstas nos subitens **14.4** e **14.5** poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
- III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

14.7. Do Direito de Defesa

14.7.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

14.7.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.7.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;



14.7.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União), devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

14.7.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, o Administrador Regional de Ceilândia providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

14.7.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União) as sanções aplicadas com fundamento nos subitens **14.2** e **14.3** deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. Do Assentamento em Registros

14.8.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

14.8.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

14.9. Da Sujeição a Perdas e Danos

14.9.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

14.10. Disposições Complementares

14.10.1. As sanções previstas nos subitens **14.2**, **14.3** e **14.4** do presente capítulo serão aplicadas pelo Administrador Regional de Ceilândia (Ordenador de Despesas)

14.10.2. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente na Administração Regional.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato poderá ser rescindido, a critério da Administração, conforme dispõem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;



16. DA IMPUGNAÇÃO, PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

- 16.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação aplicável à matéria, **ou solicitar esclarecimentos**, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. A Comissão Permanente de Licitação deverá julgar e responder a impugnação **ou pedido de esclarecimento** em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- 16.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital de **licitação ou de pedir esclarecimento**, perante a administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação;
- 16.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, artigo 109, Inciso I da Lei nº. 8.666/93;
- 16.4. Somente poderá recorrer o representante legal, mandatário constituído ou pessoa expressamente credenciada pela licitante;
- 16.5. Os recursos interpostos contra atos praticados pela Comissão de Licitação quando da habilitação ou inabilitação dos licitantes, assim como do julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser protocolizados na Administração Regional, e conter obrigatoriamente, sob pena de não serem conhecidos:
- 16.5.1. Nome e endereço da licitante, data e assinatura, esta com a menção do cargo e nome do signatário;
- 16.5.2. Objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- 16.5.3. Fundamentação legal do pedido;
- 16.5.4. Instrumento público ou particular de Procuração ou Contrato Social, que credencie o peticionário;
- 16.6. Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará na **CPL**, onde as licitantes poderão ter vistas dos autos;
- 16.7. As representações contra atos praticados pela Comissão de Licitação, que não caiba recurso, poderão ser protocoladas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, artigo 109, Inciso II da Lei nº. 8.666/93;
- 16.8. Os pedidos de reconsideração, de decisão do Administrador Regional de Ceilândia, na hipótese do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, poderão ser protocolados no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, artigo 109, Inciso III da Lei nº. 8.666/93;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 16.9. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 16.10. Decidido o recurso, a Comissão dará conhecimento às licitantes através de aviso publicado no Diário Oficial do Distrito Federal;
- 16.11. Não serão recebidos e conhecidos os recursos e impugnações interpostos fora do prazo ou via *fax*;
- 16.12. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação do licitante; julgamento das propostas; anulação ou revogação da licitação e rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/1993; excluídos os relativos à advertência e multa de mora, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas; se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 16.13. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com **vista franqueada** ao interessado.
- 16.14. O Processo Administrativo estará disponível para vistas aos interessados na Comissão Permanente de Licitações sito à: QNM 13 Área Especial Módulo “B”, Sede da Administração Regional, Ceilândia / DF.

17. DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A execução da obra será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante especialmente nomeado pela Administração Regional de Ceilândia-RAIX;
- 17.2. O representante da contratante anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 17.3. A fiscalização exercida no interesse da Administração não exime e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, quanto à perfeita execução da obra;
- 17.4. À contratante é assegurado o direito de ordenar a suspensão da obra, sem prejuízo das penalidades a que estiver sujeita a contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, caso deixe de atender, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da entrega da notificação correspondente, a qualquer reclamação feita pela contratante;
- 17.5. Toda comunicação entre a contratada e contratante, objetivando o integral cumprimento do contrato, deverá ser feita por escrito;



18. DO RECEBIMENTO DA OBRA

- 18.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Concluída a obra, a contratada dará ciência à contratante, por escrito, para que, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização promova o seu recebimento mediante termo circunstanciado, devidamente assinado pelas partes. As pendências anotadas terão prazo não superior a 30 (trinta) dias para serem sanadas;
- 18.1.1. No prazo do subitem anterior, a contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 18.2. **RECEBIMENTO DEFINITIVO: A obra será recebida definitivamente por comissão designada pelo titular da Administração Regional, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, no prazo de até noventa (90) dias, contado do recebimento provisório, e após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;**
- 18.3. O recebimento provisório e/ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e criminal da contratada pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional pela perfeita execução do objeto contratado;
- 18.4. O recebimento definitivo da obra está condicionado à comprovação do recolhimento das contribuições trabalhistas e previdenciárias devidas, (Enunciado nº. 11 da Súmula do Eg. TCDF).

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Fica assegurado à Administração, ao seu critério exclusivo e interesse, respeitado o direito de recursos das licitantes:
- 19.1.1. Adiar a data de recebimento dos envelopes e abertura prevista no preâmbulo deste ato, dando ciência aos interessados através de publicação em órgão oficial e divulgação no quadro de avisos da **CPL**;
- 19.1.2. Anular ou revogar a presente licitação, a qualquer tempo, no todo ou em parte e de acordo com a legislação vigente, dando-se ciência aos interessados;
- 19.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- 19.3. Todos os atos relacionados ao presente certame serão divulgados aos licitantes e demais interessados, através de publicações no Diário Oficial do Distrito Federal, como meio oficial de comunicação, eximindo-se a Comissão da obrigatoriedade de intimar pessoalmente os licitantes quanto aos atos de interesse geral;
- 19.4. Independente de declaração expressa, a apresentação da proposta implica em aceitação plena das condições e exigências previstas no presente edital;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 19.5. As dúvidas referentes ao presente edital poderão ser esclarecidas pela Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional de Ceilândia, mediante encaminhamento de documento inclusive através do e-mail **licitacao.raix@gmail.com**;
- 19.6. Fica eleito o foro de Brasília-DF, para dirimir qualquer dúvida sobre a presente licitação;
- 19.7. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 19.8. Dados da Administração Regional de Ceilândia:
- 19.8.1. Inscrição no C.N.P.J. (MF): 03.827.759/0001-30;
 - 19.8.2. Telefone: (061) 3471-9810;
 - 19.8.3. C.E.P: 72215-130;
- 19.9. Fazem parte deste ato convocatório:
- 19.9.1. Anexo I - Modelo de Carta Proposta;
 - 19.9.2. Anexo II - Projeto Básico;
 - 19.9.3. Anexo II-A – Caderno de Encargos e Especificações;
 - 19.9.4. Anexo II-B – Projetos Executivos;
 - 19.9.5. Anexo II-C – Planilha Orçamentária;
 - 19.9.6. Anexo II-D – Cronograma Físico-Financeiro;
 - 19.9.7. Anexo II-E – Planilha Resumo do Orçamento (Analítica);
 - 19.9.8. Anexo II-F – BDI - Benefícios e Despesas Indiretas;
 - 19.9.9. Anexo II-G – Tabela de Encargos Sociais
 - 19.9.10. Anexo II-H – Relatório Fotográfico
 - 19.9.11. Anexo III - Modelo de Declaração da licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e do art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93;
 - 19.9.12. Anexo IV - Cópia do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006;
 - 19.9.13. Anexo V - Modelo de Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
 - 19.9.14. Anexo VI - Minuta de Contrato;
 - 19.9.15. Anexo VII - Modelo de Declaração de conhecimento do local;
 - 19.9.16. Anexo VIII - Modelo de Declaração de Vistoria;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

-
- 19.9.17. Anexo IX - Modelo de Declaração de conhecimento dos Detalhes Executivo;
- 19.9.18. Anexo X - Modelo de Declaração de Compatibilidade e Subcontratação;
- 19.9.19. Anexo XI - Modelo de Declaração de Inexistências de Fatos Impeditivos;
- 19.9.20. Anexo XII - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica e Indicação de Equipe Técnica; e,
- 19.9.21. Anexo XIII – Modelo de Declaração de Vedação ao Nepotismo.

Brasília-DF, 13 de novembro de 2017.

VILSON JOSÉ DE OLIVEIRA
Administrador Regional de Ceilândia



ANEXO I AO EDITAL MODELO DE CARTA PROPOSTA

À Administração Regional de Ceilândia-RAIX.

Objeto: **execução de Reforma de Prédio Próprio, atualmente ocupado pela Feira do P Norte em Ceilândia.**

Referente: **Concorrência nº. 01/2017-CPL/RAIX**

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

O nosso valor global da obra é de R\$

.....
Valor do ISS, conforme art. 10 do Dec. 14.122/92, é de R\$

.....
Declaramos que o nosso preço é fixo e irrevogável, incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução da obra, inclusive as despesas com materiais, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas estaduais, distritais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa da obra civil e da obra complementar, conforme projetos e especificações constantes do edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a Administração Regional de Ceilândia.

Declaramos que nos sujeitamos às condições do edital.

Razão Social:

Número do CNPJ/MF:

- Telefone e fax:

Conta bancária:

Banco:

Agência:

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de execução: 90 (noventa) dias corridos

Nome e assinatura do representante legal: _____

Nome e assinatura do responsável técnico: _____

CARIMBO DO CNPJ



ANEXO II AO EDITAL

PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS

ANEXO II - PROJETO BÁSICO

ANEXO II-A – Caderno de Encargos e Especificações;

ANEXO II-B – Projetos Executivos;

ANEXO II-C – Planilha Orçamentária;

ANEXO II-D – Cronograma Físico-Financeiro;

ANEXO II-E – Planilha Resumo do Orçamento (Analítica);

ANEXO II-F – BDI - Benefícios e Despesas Indiretas;

ANEXO II-G – Tabela de Encargos Sociais

ANEXO II-H – Relatório Fotográfico



ANEXO II PROJETO BÁSICO

1.OBJETIVO

O presente caderno tem por objetivo, descrever e especificar de forma clara a Reforma da Feira Permanente do P Norte, localizada na QNN 37 AE nº 01, em Ceilândia-DF, compreendendo uma área aproximada de 3.432m², fornecendo as instruções quanto as condições que presidirão o desenvolvimento dos serviços, e fixar as obrigações e direitos deste órgão e da empresa contratada.

A obra será composta de:

- Demolição de calçadas externas
- Execução de rede de águas pluviais
- Construções de caixas para águas pluviais
- Execução de rede de esgoto
- Construção de caixa de passagem para rede de esgoto
- Construção de mureta em alvenaria para rampas de acesso
- Execução de estrutura para cobertura metálica da praça de alimentação
- Fornecimento e instalação de Meio-fio padrão Novacap
- Execução de piso interno em granitina
- Execução de calçadas externas em concreto desempenado
- Execução de estrutura para cobertura metálica

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações constantes neste material e nos respectivos projetos. Todos os serviços deverão ser executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras, as condições estabelecidas no presente projeto básico e no projeto arquitetônico.

2. JUSTIFICATIVA

A Feira Permanente situada na QNN 37 AE 01, conhecida como Feira do P Norte, é uma das mais antigas da cidade de Ceilândia e atende às quadras da QNP, Setor O expansão, QNQ e QNR, mais próximas. A Feira é composta por 106 bancas que oferecem serviços e comércio nos ramos de alimentação, peixaria, açougue, venda e abate de aves e salão de beleza.

As obras de reforma da edificação, compreendendo a troca do piso cimentado por granitina, a substituição com ampliação de capacidade das redes de captação de esgoto e águas pluviais, bem como a construção de uma cobertura metálica sobre a área atualmente descoberta, que servirá de praça de alimentação, é uma reivindicação da comunidade dos feirantes que que exercem ali suas atividades.

A reivindicação dos feirantes se torna pertinente quanto à interferência solicitada haja vista que: a) as condições atuais do piso desnivelado, sem uniformidade de acabamento e bastante degradado, dificulta a caminhada bem como não favorece à limpeza e manutenção; b) as bancas voltadas às atividades de



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

processamento e fornecimento de alimentação, bem como as de açougue, peixaria e abate e venda de aves, tem tido problemas constantes no despejo das águas servidas na rede de esgoto devido a constantes entupimentos e vazamentos; c) os usuários não dispõem de um espaço coletivo coberto para a disposição das mesas de uso das bancas de alimentação; d) a rede de captação de águas pluviais apresenta transbordamento quando ocorrem chuvas intensas.

Dessa forma, pretende-se com os serviços abrangidos pelo projeto oferecer, tanto aos permissionários quanto à comunidade em geral maior conforto e comodidade, com a melhora das condições físicas da edificação. Especialmente as bancas de alimentação e processamento de alimentos em geral, necessitam adequar suas instalações às exigências da vigilância sanitária, eliminando os problemas e transtornos causados pela ineficiência da atual rede de esgoto.

Desta forma, elaborados os projetos de arquitetura, estrutura e instalações necessários ao atendimento da demanda da comunidade, encaminha-se este projeto visando sua execução.

3. OBSERVAÇÕES GERAIS

A obra deverá ser executada observando-se as normas técnicas da ABNT vigentes, à Lei 8.666/93 e ao edital e seus anexos, compostos pelos projetos executivos, caderno de encargos e especificações, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Integrará o contrato, a ser assinado entre as partes, independentemente de sua transcrição, naquele instrumento, o Edital, este Projeto Básico, o Caderno de Especificações e Encargos, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-financeiro.

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETIVO

O objetivo deste caderno é especificar os materiais e equipamentos e orientar a execução da obra e dos serviços a serem realizados dentro do objetivo proposto e, sobretudo, manter o comprometimento com a comunidade. Outro propósito é assegurar o cumprimento das normas técnicas da construção civil referente à execução do projeto, para que o necessário seja executado na íntegra fazendo com que a obra tenha qualidade e que seja cumprido o cronograma físico financeiro e que assegure a integridade física da comunidade local e dos trabalhadores da obra.

2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA:

Para a perfeita execução e completo acabamento dos serviços referidos no presente caderno, a contratada se obriga, sob as responsabilidades penais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa, além de prestar todas as condições necessárias para o perfeito andamento dos trabalhos, estando totalmente comprometida com a realização da obra, com o cumprimento dos prazos de entrega da obra executada dentro dos padrões contratuais.



3. MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS:

Caberá à contratada, fornecer e conservar o equipamento mecânico e o ferramental necessário, mão-de-obra idônea de modo a reunir permanentemente em serviços, uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados, que assegurem o andamento satisfatório dos serviços, bem como obter os materiais necessários e em quantidade suficiente para a conclusão dos serviços no prazo previsto, em escrita concordância com o cronograma físico-financeiro. À contratada caberá a responsabilidade das instalações provisórias e dos transportes dentro e fora do canteiro e o cumprimento de todas as obrigações com os trabalhadores, conforme as leis trabalhistas.

4. SEGUROS E ACIDENTES

Correrá por conta exclusiva da contratada, a responsabilidade de quaisquer acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, e ainda que resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, a danificação das obras em construção, até o recebimento das mesmas pela RA-IX, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, por parte dos serviços contratados.

A contratada é obrigada, por força da legislação em vigor, a satisfazer as exigências de segurança, higiene e medicina do trabalho.

Em se tratando de via de grande fluxo, a contratada deverá projetar e colocar sinalizações devidas, placas de indicação ou de aviso, obedecendo as normas do DETRAN e estas terão que ser aprovadas pelo referido órgão, no que concerne a segurança do pedestre e do veículo.

Caberá à empreiteira toda e qualquer responsabilidade referente a acidente, que por ventura se verifique por falta ou insuficiência de sinalização.

A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos seus funcionários no período de trabalho perante as leis trabalhistas.

5. LICENÇAS E FRANQUIAS

A firma contratada é obrigada a obter as licenças e franquias necessárias à execução dos serviços, pagando os emolumentos previstos por lei e observando os dispositivos legais, referentes aos serviços e à segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguro pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos que digam respeito aos serviços.

É obrigada, igualmente, ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo aquelas, que por força dos dispositivos legais sejam atribuídas ao proprietário.

6. FISCALIZAÇÃO

À fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que estiver sujeita a contratada, sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas (quarenta e oito) a contar da solicitação competente a qualquer reclamação sobre defeito de serviço executado.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

É assegurado ainda, à fiscalização, o direito de mandar retirar material defeituoso ou que não seja de boa qualidade observando as normas do item anterior.

7. RESPONSABILIDADE E GARANTIA:

A contratada assumirá responsabilidade pelos serviços, sua boa execução, bem como pelos danos decorrentes da realização do mesmo.

8. ESTUDOS E PROJETOS:

8.1. PROJETOS

A Contratada responsabilizar-se-á pela elaboração dos projetos complementares necessários ao cumprimento do OBJETO do Contrato.

Os projetos deverão obedecer às Normas da ABNT e serem regularizados junto aos órgãos competentes e posteriormente submetidos ao aceite do GDF, adequando-se às novas necessidades previstas pela reforma, excluindo-se todas as gambiarras e adaptações existentes no local.

No caso de mudança de projeto original, devem se adequar as novas necessidades previstas e posteriormente submetidas ao aceite do GDF.

Todos os projetos complementares a cargo da Contratada deverão ser encaminhados à Fiscalização para apreciação e visto da Fiscalização, sendo uma cópia em papel sulfite e outra em formato digital (CD-R ou CD-RW) no formato DWG ou DXF nos prazos a seguir, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. A liberação da fatura da etapa descrita no cronograma físico-financeiro, referente aos projetos complementares, só será feita após entrega, no GDF, de cópias devidamente registradas no CREA/CAU.

Deverá ser mantido na obra, em bom estado, um jogo completo de cópias de todos os projetos e detalhes, bem como estas especificações, à disposição da Fiscalização da GDF. Todas as pranchas de detalhes e indicações dos materiais serão obedecidas, mesmo quando não referidas nestas especificações.

Todos os projetos e detalhes deverão estar em escala que atenda ao Código de Edificações, às Concessionárias locais e às normas da ABNT.

8.2. GENERALIDADES

Todos os projetos de responsabilidade do GDF serão fornecidos à Contratada.

Todos os projetos de responsabilidade da CONTRATADA, quando forem necessários ao cumprimento do OBJETO do Contrato, serão executados de acordo com as normas pertinentes da ABNT, das concessionárias de serviços públicos e dos órgãos responsáveis. E também serão previamente aprovados pelo GDF, de acordo com o cronograma físico estabelecido para a obra.

Todas as taxas e emolumentos, bem como as cópias de todos os projetos serão custeados pela CONTRATADA.

No término dos serviços, será elaborado pela CONTRATADA, o cadastramento de todas as modificações efetuadas na obra em relação aos projetos originais, devendo estes serviços serem acompanhado pelos fiscais do GDF.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Competem à CONTRATADA, fazer minucioso estudo e verificação de todos os desenhos dos projetos, inclusive detalhes das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pelo GDF para execução da obra.

Dos resultados desta verificação preliminar da documentação do projeto, a qual será feita antes da assinatura do contrato de construção, deverá o LICITANTE dar imediata comunicação por escrito ao GDF, apontando discrepâncias, omissões ou erros que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas de lei em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das obras.

Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade sobre todos os projetos e elementos apresentados para a construção, não sendo admitida qualquer alegação quanto a omissões destes elementos que venham onerar a obra.

Os projetos elaborados pela CONTRATADA serão submetidos à aprovação do GDF antes do início dos serviços.

Serviços extras só serão admitidos quando solicitados pelo GDF em comum acordo com a CONTRATADA.

A CONTRATADA não terá direito a nenhuma reclamação referentes a ajustes ou alterações da planilha ou do caderno de encargos após a assinatura do contrato.

8.3. PARA EFEITO DE INTERPRETAÇÃO ENTRE OS DOCUMENTOS FICAM ESTABELECIDO QUE:

- A.** Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos e o Caderno de Especificações, prevalecerá sempre este último;
- B.** Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos complementares a cargo da Contratada e o Caderno de Especificações, prevalecerá sempre este último;
- C.** Em caso de divergências entre os desenhos de detalhes e o projeto urbanístico prevalecerão sempre os primeiros;
- D.** Em caso de divergências entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a Fiscalização, sob consulta prévia, definirá as dimensões corretas;
- E.** Em caso de divergências entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
- F.** Em caso de divergências entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
- G.** Em caso de divergências entre o Caderno de Especificações e as Normas da ABNT, prevalecerão sempre estas últimas;
- H.** Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas no presente Caderno de Especificações, será consultada a fiscalização da GDF.
- I.** No caso de desentendimento entre as partes, fica entendido que: A FISCALIZAÇÃO é soberana nas decisões quanto a qualidade dos serviços a serem recebidos.



8.4. LEVANTAMENTOS E FOTOS QUE COMPÕEM ESTE CADERNO

8.4.1 SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL EM GRAMA SINTÉTICA, REVITALIZAÇÃO DE PRAÇA E ESTACIONAMENTO QNQ 07 - CEILÂNDIA-DF	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTITATIVOS
Demolição de calçadas externas	186,83M ²
Execução de rede de águas pluviais	141,49M
Construções de caixas para águas pluviais	8UND
Execução de rede de esgoto	783,72M
Construção de caixa de passagem para rede de esgoto	59UND
Construção de mureta em alvenaria	14M ²
Execução de estrutura para cobertura metálica	Consultar orçamento
Fornecimento e Instalação de Meio-fio padrão Novacap	20M
Execução de piso interno em granitina	3.432,41M
Execução de calçadas externas em concreto desempenado	186,83M ²
Execução de estrutura para cobertura metálica	Consultar orçamento
Execução da pintura da estrutura metálica da cobertura e alambrados (parcial)	

i. REGISTRO FOTOGRÁFICO

O acervo fotográfico deste conjunto de obras está discriminado nas folhas sequenciais, ao final do presente caderno.

ii. RECEBIMENTO DA OBRA

Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável por sua Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, ao término do período de 30 dias de conservação. Uma cópia do termo de recebimento provisório será encaminhada à Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, para as providências necessárias ao recebimento definitivo do objeto do contrato, que será efetuado depois de transcorrido o prazo de 50 (cinquenta) dias corridos, necessário à observação para comprovação de sua adequação aos termos contratuais.

Para recebimento da obra a firma deverá apresentar ainda:

A - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais (Parágrafo 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93), compreendendo:

B - Certidão Negativa de Débito - CND - emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, conforme Lei Nº 8.212 de 1991;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

C - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme Art. 27 da Lei Nº 8.036 de 11 de março de 1990.

D – Certidão de Nada Consta Trabalhista.

E – Diário de Obras.

9. ARQUITETURA E ELEMENTOS DE URBANISMO

9.1 ARQUITETURA

As construções e montagens observarão as dimensões e alinhamentos indicados nos projetos de arquitetura e urbanismo e serão executados de maneira a garantir a estabilidade mecânica, níveis horizontais e verticais além de acabamento esmerado.



ANEXO II-A CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETO

Este caderno de encargos foi elaborado em complementação aos projetos e especificações para a obra, objeto deste documento. Estão definidos neste caderno de encargos os procedimentos e obrigações referentes às partes envolvidas. A CONTRATADA, além de complementar os dados de projeto, deverá levantar no local dos serviços, informações que possibilitem total compreensão das soluções propostas, visando à execução dos serviços dentro dos preceitos normativos da ABNT, dos fabricantes, dos fornecedores dos materiais e da boa prática construtiva responsável e profissional.

1.1 COMPETE AO PROPRIETÁRIO

- A** – Fornecer à CONTRATADA os desenhos, especificações e demais documentos necessários à execução dos serviços a que se refere o CONTRATO, sem prejuízo do exposto no item 1.4 à frente.
- B** – Permitir à CONTRATADA a instalação de áreas provisórias para uso de seus empregados e prepostos em local adequado a critério da FISCALIZAÇÃO.
- C** – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas pelo CONTRATO, fixados nos cronogramas anexos ao contrato.
- D** – Designar representante do quadro de pessoal da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, para acompanhamento e fiscalização das obras e/ou serviços.
- E** – Atender solicitações efetuadas pela CONTRATADA através do Diário de Obra para liberação das várias frentes de trabalho, conforme cronograma físico-financeiro.

1.2 COMPETE À FISCALIZAÇÃO

- A** – Constatadas quaisquer irregularidades nos serviços ou materiais postos na obra, é assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão das obras e/ou serviços e a retirada dos materiais impugnados, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização nos casos das ordens não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo de notificação e/ou Diário de Obra correndo por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas decorrentes.
- B** – Compete à Fiscalização, a seu critério, solicitar à CONTRATADA a retirada da obra, imediatamente após anotação em Diário de Obra, de qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado à mesma, que venha demonstrar conduta imprópria ou incapacidade técnica.
- C** – Quando as circunstâncias ou situações específicas ocorrerem, será facultada a substituição de materiais especificados por outros equivalentes, mediante prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO para cada caso em particular, com anuência do autor do projeto.
- D** – Ficarà a critério de a FISCALIZAÇÃO impugnar, mandar demolir e refazer qualquer serviço que não obedeça às condições do projeto, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas decorrentes das referidas obras e/ou serviços.



1.3 COMPETE À CONTRATADA

A – Ter um Engenheiro ou Arquiteto oficialmente na condição de Responsável Técnico pela obra. Este profissional acompanhará a obra permanentemente, pelo tempo em que perdurarem as atividades e será a pessoa da CONTRATADA com quem a Fiscalização se relacionará para os efeitos da construção. O Responsável Técnico deverá ser apresentado pessoalmente e por escrito à Fiscalização. Do ponto de vista técnico a Administração não relacionará com qualquer pessoa que seja Engenheiro ou Arquiteto, mesmo que seja o proprietário da Empresa.

B – Manter, permanentemente, na obra pelo menos um mestre-de-obras e outros profissionais em quantidade suficiente para cumprir os prazos parciais e totais fixados nos cronogramas anexos ao contrato, além dos equipamentos necessários.

C – Observar as práticas de boa execução, interpretando as formas e dimensões dos desenhos com fidelidade e empregando somente materiais com a qualidade especificada.

D – Providenciar para que os materiais estejam a tempo na obra para fazer cumprir os prazos parciais e totais fixados nos cronogramas anexos ao contrato.

E – Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratados, assumindo total e única responsabilidade pelo cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

F – Garantir o apoio necessário à administração dos serviços, principalmente para que sejam recolhidos, dentro do prazo, os impostos e taxas de contribuições previdenciárias.

G – Efetuar o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir durante a execução, até a conclusão dos serviços sob sua responsabilidade. Cumprir a legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer contribuições das subcontratadas.

H – Efetuar periodicamente ou quando solicitada pela Fiscalização, atualização de cronogramas e previsão de desembolso de modo a manter o Proprietário perfeitamente informado sobre o andamento dos serviços. Toda fatura será respaldada no cronograma físico-financeiro vigente por ocasião do faturamento.

I – Instalar canteiro de obra compatível com o porte da obra a ser executada, bem como efetuar pontualmente o pagamento de todos os encargos decorrentes da instalação e manutenção desse canteiro.

J – Fornecer, sem ônus para o CONTRATANTE, orçamentos referentes a serviços extracontratuais.

K – Efetuar meticulosa fiscalização dos materiais e execução das obras e serviços contratados, facultando à Fiscalização, o acesso a todas as partes das obras. Obriga-se a facilitar o acesso da Fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais ou serviços. Por último acatar as decisões da CONTRATANTE.

L – Requerer e obter:

- Junto ao INSS, o Certificado de Matrícula Especial relativo aos serviços contratados de forma a possibilitar o licenciamento da execução nos termos do artigo 184, item I, Alínea “A” do RGPS.
- Junto ao CREA deverá ser providenciada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

M – Comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer erro, desvio ou omissão referente ao estipulado nos desenhos ou especificações, ou em qualquer documento que faça parte integrante do CONTRATO.

N – Retirar do canteiro de obras todo o pessoal, máquinas, equipamentos, instalações provisórias e entulhos dentro do prazo estipulado no contrato. No caso do não cumprimento desse prazo, os



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

serviços poderão ser providenciados pelo CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA o pagamento das respectivas despesas sem prejuízo das penalidades estabelecidas.

O – Acatar as instruções e observações que emanarem do PROPRIETÁRIO ou da FISCALIZAÇÃO, refazendo qualquer trabalho não aceito por justa causa.

P – Obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas federais, estaduais e municipais aplicáveis, responsabilizando-se integralmente pelas conseqüências de suas próprias transgressões e de seus prepostos, inclusive de seus subcontratados e respectivos prepostos.

Q – Todos os encargos derivados das Leis Sociais e Trabalhistas em vigor correrão por conta da CONTRATADA, que providenciará o seu fiel recolhimento. A apresentação dos comprovantes dos recolhimentos será indispensável ao pagamento das parcelas mensais bem como à devolução das retenções.

R – Providenciar os seguros por lei, inclusive contra acidentes de trabalho, de responsabilidade civil contra danos causados a terceiros, correndo por sua conta e risco a responsabilidade por quaisquer danos ou acidentes ocorridos na obra.

S – A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente as obras sem obter prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE. Na hipótese de ser autorizada a realizar a subcontratação, a CONTRATADA diligenciará junto à subcontratada no sentido de serem rigorosamente cumpridas às obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando solidariamente assumidos pela CONTRATADA.

T – A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto, subempreitar a totalidade dos serviços contratados.

U – Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE e da FISCALIZAÇÃO qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis.

V – A CONTRATADA é obrigada a obter todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguro de pessoal, despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos.

W – O fornecimento de água e energia elétrica para a execução da obra correrá por conta da contratada durante o prazo contratual.

X – A obrigatoriedade ao cumprimento de quaisquer formalidades, quando derivadas dos serviços prestados, inclusive pagamentos às suas custas, das multas impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que por força dos dispositivos legais, sejam impostas ao PROPRIETÁRIO.

1.4 DISPOSIÇÕES GERAIS

A – Os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecer às especificações dos projetos, às normas da ABNT no que couber e, na falta destas ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos.

B – Nos casos em que a caracterização de determinado material, por marca, denominação ou fabricação for acompanhada da expressão “ou equivalente”, será permitida a alternativa



rigorosamente equivalente, a juízo da FISCALIZAÇÃO, entendendo-se por equivalente, marca ou material de mesmo nível técnico, funcionalidade, durabilidade, aspecto e acabamento.

C – Não será tolerado manter no canteiro de serviços quaisquer materiais estranhos às obras.

D – Para efeito de recebimento da primeira fatura, a CONTRATADA deverá apresentar o Alvará de Construção ou licença da obra, expedido pelo órgão pertinente.

E – O controle de qualidade e outros exigidos pela Fiscalização não eximem a CONTRATADA de sua inteira responsabilidade técnica e civil pelas obras e/ou serviços por ela executados.

F – Quando as circunstâncias ou condições do local assim o exigirem, será facultada a substituição de materiais especificados por outros equivalentes, mediante prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO para cada caso em particular, com anuência do autor do projeto.

G – A CONTRATADA deverá estar sempre atenta quanto à existência de redes de instalações (elétricas, hidráulicas, telefônicas, etc.) no local da obra. Uma possível danificação de rede existente será responsabilidade da CONTRATADA.

1.5 SEGURANÇA DO TRABALHO E VIGILÂNCIA

A – Precauções: Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, o responsável pela execução dos serviços. Nesta ocasião serão fixadas as precauções específicas ligadas à natureza dos trabalhos a realizar.

B – Inspeção de Segurança: Serão realizadas inspeções periódicas no canteiro de obras, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores do pessoal e das máquinas, bem como para fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral. À CONTRATADA compete acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas.

C – Seguros e Acidentes: Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade de quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e/ou serviços contratados, uso indevido de patentes registradas e ainda resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição e danificação da obra em construção, até definitiva aceitação dela pela CONTRATANTE bem como as indenizações que possam ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos contratos, ainda que ocorridos em via pública. Caberá à CONTRATADA fazer comunicação da maneira mais detalhada possível, por escrito, de todo tipo de acidente, inclusive princípio de incêndio.

D – Equipamentos de Proteção Individual (EPI): A CONTRATADA fornecerá aos seus empregados, todos os equipamentos de proteção individual compatíveis com os serviços a serem executados e em atendimento às normas específicas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho.

E – Higiene: É de responsabilidade da CONTRATADA manter em estado de higiene todas as instalações do canteiro de obra, devendo permanecer limpas, isentas de lixo, detritos em geral, e de forma satisfatória ao uso.

F – Primeiros Socorros: Caberá à CONTRATADA manter no canteiro de obras todos os medicamentos básicos para o atendimento de primeiros socorros.

G – Exigência de proteção contra incêndio: a CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndios, na forma da legislação.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

H – Vigilância: Caberá a CONTRATADA manter no canteiro de obras vigias que controlem a entrada e saída de todos os materiais, máquinas e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências da obra.

I – Disposições Finais: Caberá a CONTRATADA obedecer às normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa e respeitar as disposições legais trabalhistas (Portaria nº 3.214 de 08/06/1978) da Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

2. COMUNICAÇÃO NA OBRA

Além das comunicações descritas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, haverá a comunicação entre os seus representantes na obra. Estes representantes são definidos a seguir, com a indicação de suas atribuições e meios de comunicação.

A – Diário de obra: a CONTRATADA manterá no canteiro de obra um Diário de Obra com páginas numeradas em três vias, sendo duas destacáveis. Este Diário de Obra servirá para registro de fatos que tenham implicação contratual e para comunicações pertinentes a obra.

3. MULTAS POR PENALIDADES

As multas por infração de cláusulas contratuais serão estabelecidas no CONTRATO, quer quanto ao montante, quer quanto ao modo de cobrança.

Igualmente do CONTRATO constarão os casos de rescisão do mesmo e outras obrigações a assumir neste particular.

4. INÍCIO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA iniciará os trabalhos dentro do prazo fixado no respectivo CONTRATO, isto é, a partir do 5º dia da data de expedição da Ordem de Serviço emitida pelo proprietário. A execução dos serviços obedecerá ao cronograma aprovado pela FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA deverá, através de entendimentos com a FISCALIZAÇÃO, montar um sistema de fluxos de material, equipamentos e pessoal.

4.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

4.1.1 CANTEIRO DE OBRAS

A. Caberá a CONTRATADA, ainda como Proponente à época da licitação, promover minucioso estudo dos projetos fornecidos e do local de sua execução, com especial atenção às possíveis interferências existentes ou a executar, incluindo nos seus preços unitários, os custos relativos a proteções e/ou escoramentos daqueles elementos, bem como, as dificuldades que eles possam oferecer à instalação de equipamentos necessários a execução das obras.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

B. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências necessárias para a garantia do rápido e do fácil acesso aos locais dos serviços, estocagem e/ou preparo de materiais, instalados em local seguro, fora do alcance de desvio de águas de chuva, permitindo a execução segura dos serviços.

C. A CONTRATADA deverá afixar em local visível a placa da obra, confeccionado em chapa galvanizada, que deverá atender as exigências do CREA e da CONTRATANTE, bem como manter no local da obra e com fácil acesso, cópias do licenciamento da obra, projetos arquitetônico, estrutural, de instalações e outros, Certificado de Matrícula e Alteração (CMA) do INSS, ART do CREA/DF ou RRT do CAU/DF e cronograma físico-financeiro.

D. Caberá à CONTRATADA a remoção e/ou remanejamento de toda e qualquer rede ou canalização que porventura exista no local da obra, assegurando seu permanente, contínuo e perfeito funcionamento.

E. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos porventura causados à rede de instalações existentes, devendo os mesmos serem corrigidos e recuperados às suas expensas.

F. As linhas de abastecimento de água, energia elétrica, bem como as canalizações de esgoto e águas pluviais que atendem ao local deverão ser protegidas, respeitando-se as normas e determinações das empresas concessionárias e repartições públicas competentes.

G. A CONTRATADA deverá providenciar as ligações provisórias de água, energia elétrica junto às concessionárias – CAESB e CEB, cujo ônus é de sua inteira responsabilidade. Ao final da obra a CONTRATADA deverá providenciar o desligamento das ligações.

H. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas relativas às ligações e ao consumo de água, esgoto e elétrica. Porém, ao término da obra todas as ligações deverão ser removidas.

I. A CONTRATADA será responsável pela locação dos elementos da obra no local, rigorosamente de acordo com as cotas e alinhamentos estabelecidos no projeto e neste Caderno.

J. A ocorrência de erro na locação da obra implicará para a CONTRATADA na obrigação de proceder por conta própria, as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias a juízo da FISCALIZAÇÃO.

4.1.2 PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO

A. A CONTRATADA deverá precaver-se contra vândalos, já que, costumeiramente, danificam as obras enquanto ainda em fase de execução, antes da entrega. Qualquer dano enquanto a obra não for entregue é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

B. A CONTRATADA deverá manter o canteiro de obras totalmente isolado, de acordo com as normas do Código de Edificações do Distrito Federal.



C. A CONTRATADA deverá prever para os acessos de serviços, boas condições de tráfego e segurança satisfatória com sinalização adequada interna e externa, de fácil interpretação pelos usuários.

D. Durante a execução dos serviços a CONTRATADA providenciará o isolamento da área com telas e sinalização apropriada ao desvio de fluxo de pedestres e automóveis, bem como à proteção dos operários, e dos acabamentos de piso e pinturas.

4.2 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

4.2.1 – DEMOLIÇÕES DE PISOS

A. Antes do início dos serviços, a Contratada procederá a um detalhado exame e levantamento da edificação ou estrutura para avaliar as condições de demolição dos elementos necessários a execução do piso, instalações e construção da cobertura. Deverão ser considerados aspectos importantes tais como a natureza da estrutura, os métodos construtivos, o estado físico da edificação e seus elementos e as condições das construções vizinhas.

B. A Contratada deverá fornecer, para aprovação da Fiscalização, um programa detalhado, descrevendo as diversas fases da demolição previstas no projeto e estabelecendo os procedimentos a serem adotados na remoção de materiais reaproveitáveis.

C. A demolição manual será executada progressivamente utilizando ferramentas portáteis motorizadas ou manuais.

D. A demolição convencional, manual ou mecânica, será executada conforme previsto no projeto, no plano de demolição apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO e de acordo com as recomendações da Norma NBR 5682.

E. Os serviços de demolição e/ou retiradas deverão ser iniciados pelas partes superiores da edificação, mediante o emprego de calhas, evitando o lançamento do produto da demolição em queda livre.

F. As partes a serem demolidas deverão ser previamente molhadas para evitar poeira em excesso durante o processo de demolição. Os materiais provenientes da demolição, reaproveitáveis ou não, serão convenientemente removidos para os locais indicados pela Fiscalização.

G. Quando forem feitas várias tentativas para demolir uma estrutura através de um só método executivo e não for obtido êxito dever-se-ão utilizar métodos alternativos, desde que aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

H. A CONTRATADA fará periódicas remoções de entulhos e detritos que venham a acumular-se no recinto das obras durante a construção.



- I. O transporte do material retirado deverá ser feito utilizando-se carros de mão e jericas, conforme o caso. Não será permitido o lançamento em queda livre.
- J. O material de demolição depositado no piso não poderá exceder a capacidade de carga desse.
- K. O armazenamento do material demolido ou retirado, mesmo que provisório, não deverá obstruir o trânsito das pessoas ou veículos ou o escoamento natural das águas. Os produtos de demolição não poderão ser encaminhados para a rede de drenagem urbana através de lavagem.
- L. A remoção será efetuada em veículos apropriados ao tipo e ao volume do material demolido. O transporte do entulho deverá ser feito por empresa autorizada pela SEMARH, se for o caso poderá ser exigido certificado do transporte, bem como do aterro de destino dos resíduos.

4.2.2 – ESCAVAÇÕES E PREPARO DE VALAS PARA INSTALAÇÕES

- A. Deverão ser procedidas as escavações de valas, com largura de 20cm e profundidade compatível com a declividade da tubulação, indicada no projeto.
- B. As eventuais peças, ornamentos ou outros elementos de utilização específicos das bancas que sejam afetadas pela execução das intervenções aos permissionários pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado e relatório fotográfico, atestando o estado de conservação e as características encontradas e preservadas, para posterior instalação, fixação ou posicionamento nas condições originalmente encontradas;
- C. Deverá ser procedida a retirada da instalação primária de esgoto existente e isolada as instalações secundárias de esgoto encontradas nas escavações, nos trechos indicados no projeto, sem reaproveitamento de tubos e conexões;
- D. Deverão ser retiradas sem reaproveitamento as portas dos banheiros público feminino e masculino, evitando danos aos revestimentos internos ou reconstituindo-se os mesmos, sem reaproveitamento das peças retiradas.
- E. Retirada de todas as peças sanitárias, bem como os conectores, dispositivos de acionamento e aos acessórios dos banheiros, com reaproveitamento de todas as peças, após a execução dos pisos nos banheiros masculino e feminino.
- F. Os materiais provenientes das retiradas, considerados reaproveitáveis, deverão ser convenientemente removidos para os locais indicados pela FISCALIZAÇÃO



4.3 INFRAESTRUTURA

4.3.1 MURETA DE ARRIMO

4.3.1.1 ALVENARIA

A. Será reconstruída uma mureta de contenção de aterro para acesso rampado, nas entradas indicadas em projeto, com a utilização de canaletas de blocos de concreto estruturais, nas dimensões **14x19x39cm**, com preenchimento das valas com concreto de 20Mpa ou superior, conforme indicado no projeto.

B. Os painéis de alvenaria servirão de contenção do desnível de terra.

C. Antes de iniciar o assentamento dos painéis de alvenaria, a contratada deverá nivelar umedecer e compactar manualmente o terreno com maço de 30 kg. Esse procedimento é importante para evitar pequenos recalques diferenciais.

D. A alvenaria de vedação/contenção receberá chapisco, reboco e pintura.

E. A face exposta da mureta deverá ser chapiscada e aplicada regularização com argamassa

F. Para a aplicação do chapisco, a base deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos, eflorescências, materiais soltos ou quaisquer produtos que venham prejudicar a aderência e abundantemente molhadas antes de receber a aplicação desse tipo de revestimento;

G. A aplicação do chapisco deverá ser realizada através de aspersão vigorosa da argamassa, continuamente sobre toda área da base, que se pretende revestir.

H. Fornecimento e aplicação de reboco tipo paulista, nas faces expostas da mureta, utilizando argamassa mista de cimento cal e areia, no traço 1:2:8, com 25mm de espessura, aplicado em parede interna ou externa;

4.3.2 FUNDAÇÕES PARA COBERTURA

4.3.2.1 - ESCAVAÇÕES E FOMAS

A. As formas e escoramentos deverão ser preparados pelo construtor de tal forma que fique assegurada sua resistência aos esforços decorrentes do lançamento e vibrações do concreto, sem sofrer deformações, fazendo com que, por ocasião da desforma, a estrutura reproduza o determinado em projeto.

B. As formas e escoramentos apresentarão resistência suficiente para não se deformarem sensivelmente sob a ação das cargas e das variações de temperatura e umidade.

C. Antes do lançamento do concreto, as medidas e as posições das fôrmas deverão ser conferidas, a fim de assegurar que a geometria da estrutura corresponda ao projeto, com as tolerâncias previstas na Norma 6118.

D. As superfícies que ficarão em contato com o concreto serão limpas, livres de incrustações de nata ou outros materiais estranhos, e convenientemente molhadas e calafetadas, tomando-se ainda as demais precauções constantes no item 9.5 da Norma NBR 6118.

E. A precisão de colocação das formas será de, mais ou menos de 5mm.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- F.** Deverão ser evitados vazios ou ninhos de tal maneira que o concreto seja perfeitamente confinado junto às formas e peças embutidas.
- G.** Quando necessária, a correção de prumo e nível será efetuada imediatamente, com o emprego de cunhas, escoras, etc.
- H.** O material para execução das formas deverá ser tal que garanta a sua estanqueidade e a mais perfeita observância do concreto às dimensões indicadas nos projetos de arquitetura e de estrutura.
- I.** Na retirada das formas, devem ser tomados os cuidados necessários a fim de impedir que sejam danificadas as superfícies do concreto.

4.3.2.2 ARMADURAS

- A.** A contratada deverá fornecer, armar e colocar todas as armaduras de aço (incluindo estribos, fixadores, arames, amarrações e barras de ancoragem, travas, emendas por superposição ou solda, e tudo o mais que for necessário à perfeita execução desses serviços) de acordo com as indicações do projeto.
- B.** Qualquer armadura, inclusive de distribuição, de montagem e estribos, terá cobrimento de concreto nunca menor que as espessuras prescritas na NBR 6118.2003.
- C.** Para manter o posicionamento da armadura e durante as operações de montagem, lançamento e adensamento do concreto, serão utilizados fixadores e espaçadores que garantam o recobrimento mínimo pré-estabelecido no projeto. Essas peças serão totalmente envolvidas pelo concreto, de modo a não provocarem manchas ou deterioração nas superfícies externas.
- D.** As barras de aço não apresentarão excesso de ferrugem, manchas de óleo, argamassa aderente ou qualquer outra substância que impeça uma perfeita aderência ao concreto.
- E.** As emendas das barras serão localizadas rigorosamente nas posições previstas no projeto podendo ser por
- F.** As emendas das barras serão localizadas rigorosamente nas posições previstas no projeto podendo ser por transpasse, por luvas de preenchimento metálico, rosqueamento ou prensadas, por solda ou por outros dispositivos devidamente justificados. Se o projeto não indicar as posições das emendas, estas deverão ser executadas em regiões de menor solicitação. As emendas deverão apresentar total garantia de eficiência e segurança. Antes da execução, a locação das emendas deverá ser aprovada pela FISCALIZAÇÃO
- G.** Toda peça concretada sem a conferência e a aprovação prévia da armadura por parte da FISCALIZAÇÃO estará sujeita a demolição total sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.3.2.3 CONCRETAGEM

- A.** Todos os elementos estruturais das fundações (estacas e blocos), deverão ser constituídos de concreto estrutural **Fck 15Mpa ou superior**, usinado ou virado em betoneira, de acordo com os critérios estabelecidos neste caderno de especificações.
- B.** Os traços de concreto devem ser determinados através de dosagem experimental, de acordo com a NBR 12655 e NBR 6118, em função da resistência característica à compressão (fck) e da



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

vida útil (durabilidade) determinadas por calculista de responsabilidade da CONTRATADA e da trabalhabilidade requerida.

C. O preparo do concreto será executado através de equipamento apropriado e convenientemente dimensionado em função das quantidades e prazos estabelecidos para a obra.

D. O concreto empregado na execução das peças deverá satisfazer rigorosamente as condições de resistência especificada, durabilidade e impermeabilidade adequada às condições de exposição, assim como obedecer, além destas especificações, as recomendações das normas vigentes na ABNT.

E. O concreto preparado no canteiro de serviços deverá ser misturado em betoneiras, por possibilitarem maior uniformidade e rapidez na mistura.

F. Será cuidadosamente executada a cura de todas as superfícies expostas, com o objetivo de impedir a perda da água destinada à hidratação do cimento.

G. Durante o período de endurecimento do concreto, suas superfícies deverão ser protegidas contra chuvas, secagem rápida, mudanças bruscas de temperatura, choques e vibrações que possam produzir fissuras ou prejudicar a aderência com a armadura.

H. Para impedir a secagem prematura, as superfícies de concreto serão mantidas úmidas, durante pelo menos 07 (sete) dias após o lançamento

I. O concreto só será lançado depois que todo o trabalho de formas, instalação de peças embutidas e preparação das superfícies estiverem inteiramente concluídas.

J. O lançamento será contínuo e conduzido de forma a não haver interrupções superiores ao tempo de pega do concreto.

K. Uma vez iniciada a concretagem de um lance, a operação deverá ser contínua e somente terminada nas juntas de concretagem preestabelecidas. Por outro lado, a operação de lançamento deverá ser tal que o efeito de retração inicial do concreto seja o mínimo possível.

L. Durante e imediatamente após o lançamento, o concreto deverá ser vibrado e adensado contínua e energicamente com equipamento adequado à sua trabalhabilidade. O adensamento será cuidadoso para que o concreto preencha todos os vazios das formas.

M. Durante o adensamento tomar-se-ão as precauções necessárias para que não se formem nichos nem segregação dos materiais; deve-se evitar a vibração da armadura para que não se formem vazios ao seu redor, com prejuízo da aderência.

N. Serão observadas as locações dos furos para passagem das redes de esgoto e elétricas. As furações serão previstas com buchas ou caixas adrede. Nos casos em que não haja indicação no projeto, os furos deverão ser situados, sempre que possível, na zona de neutra de vigas ou outros elementos atravessados, devendo ser a locação dos furos submetidas à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

O. Toda peça concretada sem a conferência e a aprovação prévia da armadura por parte da FISCALIZAÇÃO estará sujeita a demolição total sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE.



4.4 ESTRUTURA METÁLICA

- A.** As ligações da estrutura metálica serão soldadas, e todos os perfis metálicos utilizados deverão ser do tipo aço estrutural ASTM A-36, em conformidade com as indicações no projeto. Todos os perfis utilizados estão indicados em projeto
- B.** Todos os perfis metálicos, após limpeza, deverão receber pintura prime anticorrosiva em duas demãos, e pintura de acabamento conforme indicação em projeto.
- C.** A cobertura complementar será executada na face direita da platibanda metálica, com material de mesma especificação, conforme projeto, com a utilização de telhas de aço galvanizado trapezoidal de 0,5 mm de espessura.
- D.** As telhas existentes na lateral esquerda deverão ser cuidadosamente retiradas, recortadas na altura indicadas, e concomitantemente com a instalação da cobertura complementar deverão ser fixada na mesma disposição original;
- E.** Entre o fechamento lateral e a cobertura complementar, devido a angulação formada entre as peças, deverá ser fixada chapa de aço zincada, formando um rufo para escoamento das águas pluviais, conforme detalhado no projeto
- F.** As cores e o processo de pintura da estrutura deverão seguir as especificações constantes item 4.8.
- G.** Serão obedecidas as normas da ABNT relativas ao assunto, especialmente as relacionadas a seguir:
- NBR-9971 Elementos de fixação dos componentes das estruturas metálicas;
 - NBR-9763 Aços para perfis laminados, chapas grossas e barras, usados em estruturas fixas;
 - NBR-8800 Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios - método dos estados limites ;
 - NB-143/67 Cálculo de estruturas de aço constituídas por perfis leves;
 - NBR-6355 Perfis estruturais de aço, formados a frio;
 - NBR-5884 Perfis estruturais soldados de aço.
- H.** Deverão ser complementadas pelas Normas, Padrões e Recomendações das seguintes Associações Técnicas, nas formas mais recentes:
- AISC: American Institute of Steel Construction;
 - ASTM: American Society for Testing and Materiais;
 - AWS: American Welding Society;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- SAE: Society of Automotive Engineers;
- ANSI: American National Standard Institute;
- SSPC: Steel Structures Painting Council Munsell Color Notation;
- SIS: Sweriges Standardiserings Kommission.

I. A estrutura de aço deverá ser executada de acordo com as orientações contidas no projeto estrutural.

J. As telhas para cobertura da edificação serão metálicas, do tipo trapezoidal T4, e=0,5mm, no sistema sanduiche com proteção termoacústica de polietileno expandido, apoiadas sobre tesouras de estrutura metálica, na conformação das bicas indicada no projeto.

K. A cobertura deverá ser executada conforme os procedimentos estabelecidos nas normas brasileiras e nas dimensões, forma e inclinação indicadas no Projeto Arquitetônico.

L. Fornecimento e instalação chapa de aço zincada conformada entre os perfis das terças, compondo o acabamento na forma indicada no projeto e seus detalhes.

4.5 COBERTURA

A. As ligações da estrutura metálica serão soldadas, e todos os perfis metálicos utilizados deverão ser do tipo aço estrutural ASTM A-36, em conformidade com as indicações no projeto. Todos os perfis utilizados estão indicados em projeto

B. Todos os perfis metálicos, após limpeza, deverão receber pintura prime anticorrosiva em duas demãos, e pintura de acabamento conforme indicação em projeto.

C. A cobertura complementar será executada na face direita da platibanda metálica, com material de mesma especificação, conforme projeto, com a utilização de telhas de aço galvanizado trapezoidal de 0,5 mm de espessura.

D. As telhas existentes na lateral esquerda deverão ser cuidadosamente retiradas, recortadas na altura indicadas, e concomitantemente com a instalação da cobertura complementar deverão ser fixadas na mesma disposição original;

E. Entre o fechamento lateral e a cobertura complementar, devido a angulação formada entre as peças, deverá ser fixada chapa de aço zincada, formando um rufo para escoamento das águas pluviais, conforme detalhado no projeto

F. As cores e o processo de pintura da estrutura deverão seguir as especificações constantes item 4.8.

G. Serão obedecidas as normas da ABNT relativas ao assunto, especialmente as relacionadas a seguir:

- NBR-9971 Elementos de fixação dos componentes das estruturas metálicas;
- NBR-9763 Aços para perfis laminados, chapas grossas e barras, usados em estruturas fixas;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- NBR-8800 Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios - método dos estados limites ;
- NB-143/67 Cálculo de estruturas de aço constituídas por perfis leves;
- NBR-6355 Perfis estruturais de aço, formados a frio;
- NBR-5884 Perfis estruturais soldados de aço.

H. Deverão ser complementadas pelas Normas, Padrões e Recomendações das seguintes Associações Técnicas, nas formas mais recentes:

- AISC: American Institute of Steel Construction;
- ASTM: American Society for Testing and Materials;
- AWS: American Welding Society;
- SAE: Society of Automotive Engineers;
- ANSI: American National Standard Institute;
- SSPC: Steel Structures Painting Council Munsell Color Notation;
- SIS: Sweriges Standardiserings Kommission.

I. A estrutura de aço deverá ser executada de acordo com as orientações contidas no projeto estrutural.

J. As telhas para cobertura da edificação serão metálicas, do tipo ondulada GR 17, $e=0,5\text{mm}$, no sistema sanduiche com proteção termoacústica de polietileno expandido, apoiadas sobre tesouras de estrutura metálica, na conformação das bicas indicada no projeto.

K. A cobertura deverá ser executada conforme os procedimentos estabelecidos nas normas brasileiras e nas dimensões, forma e inclinação indicadas no Projeto Arquitetônico.

L. Fornecimento e instalação chapa de aço zincada conformada entre os perfis das terças, compondo o acabamento na forma indicada no projeto e seus detalhamentos.

4.6 PISOS INTERNOS E EXTERNOS (PAVIMENTOS)

4.6.1 MEIOS-FIOS

- A.** As pedras terão 100 cm (cem centímetros) de comprimento, 50 cm (cinquenta centímetros) de altura e 15 cm (quinze centímetros) de espessura, no topo com canto externo arredondado;
- B.** Os serviços de colocação dos meios-fios compreenderão as seguintes etapas:
- C.** Escavação em qualquer tipo de terreno ou superfície, inclusive base estabilizada em cascalho;
- D.** Assentamento das pedras;
- E.** Rejuntamento entre as pedras de meios-fios com massa de cimento e areia no traço 1:4;
- F.** Escoramento da linha de meios-fios assentados por meio de bolas de concreto no traço 1:2, 5:5, correspondendo uma bola de concreto para cada pedra de meio-fio;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

G. Enchimento da junta entre o meio-fio e o pavimento, para o caso de o assentamento ter sido realizado em área já pavimentada. Este enchimento será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:4, preenchendo-se totalmente a junta em toda sua extensão e profundidade, formando um único plano com pavimento existente e apresentando perfeito acabamento;

H. No caso de o assentamento ter sido realizado antes da execução do pavimento, a junta entre o meio-fio e o terreno, pelo lado da via de tráfego, deverá ser preenchida com argamassa magra de cimento e areia no traço 1/10.

4.6.2 CALÇADAS

A. Os passeios serão executados em concreto de 7cm (sete centímetros) de espessura sobre terreno previamente nivelado e compactado, salvo quando não houver especificação em contrário;

B. Do concreto - será exigido traço 1:2:3, em volume, preparado mecanicamente, com o emprego de seixo rolado ou brita de granulometria apropriada e fator água/cimento compatível com a trabalhabilidade necessária. A resistência mínima exigida aos 28 dias será de **20,0 MPa**;

C. A declividade longitudinal deverá acompanhar a das guias e sarjetas;

D. A declividade transversal será de no máximo 3% (três por cento), com caimento para o meio-fio/ rua;

E. A declividade longitudinal deverá ser nula e acompanhar o nível da mureta de contenção;

F. Deverá ser feito o perfeito nivelamento do terreno, com retirada das eventuais camadas de terra vegetal, matéria orgânica ou qualquer outro material impróprio para serviços de pavimentação;

G. A locação e o nivelamento dos serviços serão feitos de acordo com os desenhos e instruções fornecidos pela Fiscalização, devendo dispor de pessoal técnico necessário à correta execução dos trabalhos;

H. Todos os serviços de compactação serão executados por meios mecânicos. Excepcionalmente, e somente nos casos previamente reconhecidos e autorizados pela Fiscalização, será aceita a compactação manual;

I. Compactação e reforço do subleito;

J. Execução de base estabilizada: o terreno do passeio, após o acerto ou aterro, deverá ser fortemente apiloado na umidade adequada com soquete de pelo menos 10 kg;

K. Execução do leito de areia;

L. Todo e qualquer serviço deverá atender à perfeita execução da obra, incluindo a limpeza final;

M. O início dos trabalhos só poderá ocorrer depois de examinada e liberada a preparação do terreno pela Fiscalização;

N. Fôrmas e juntas de madeira externas, quando for o caso, terão espessura de $\frac{3}{4}$ ', nos bordos retos, e de $\frac{1}{2}$ ' nos bordos curvos; as juntas terão espessura de $\frac{1}{2}$ '. Todas deverão estar perfeitamente alinhadas e escoradas, de forma a evitar deformações durante a concretagem. As estacas para fixação das juntas não deverão aparecer depois de concluída a calçada;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- O.** Confeção, lançamento, adensamento e acabamento do concreto - a mistura deverá ser feita em betoneira mecânica, com controle do traço e da quantidade adequada de água; o lançamento será feito para uma única camada, sendo vedado o uso de massa para complementação da espessura especificada; o adensamento será mecânico, por meio de soquete ou sapinho, até que seja verificado o perfeito adensamento do concreto, nem insuficiente, que permita a formação de bolhas e falhas, nem excessivo, que permita a fuga da água determinando uma cura inadequada; o acabamento será executado por desempenamento com ferramentas apropriadas; eventuais falhas de acabamento serão corrigidas na hora, com a utilização da massa que sobrar do mesmo concreto;
- P.** Quando houver necessidade, a critério da Fiscalização solicitar-se-á a CONTRATADA uma avaliação técnica, por laboratório competente, da resistência do concreto para a validação do traço e dos materiais empregados. A resistência à compressão mínima do concreto para as calçadas, tanto para tração quanto para a compressão, aos 28 dias será de 20 MPa;
- Q.** A proteção e a cura do concreto são de responsabilidade da firma CONTRATADA. A proteção da calçada concretada, deverá ser feita por meio de cerca provisória que impeça a passagem de pedestres, ciclistas ou veículos sobre o passeio, até que o concreto tenha atingido resistência suficiente para suportar carga. Além disso, durante um mínimo de sete dias, a superfície do concreto deverá ser mantida umedecida por meio de rega com água ou, eventualmente, proteção com areia úmida ou produtos especiais para cura;
- R.** As calçadas que por ventura, apresentarem defeitos superficiais de acabamento, rachaduras ou bordos quebrados, dimensões diferentes das exigidas serão rejeitadas pela Fiscalização.
- S.** Para as áreas das placas que serão executadas, deverá ser feita a regularização do terreno, com retirada das eventuais camadas de terra, matéria orgânica ou qualquer outro material impróprio para serviços de urbanização;
- T.** Quando existir grama e paisagismo na área: o corte e a retirada da grama e de espécies deverão ser feitos apenas no local definido em projeto para a calçada, sem danificar o restante do gramado e paisagismo;
- U.** Nivelamento e apiloamento do local a ser concretado a reposição de material serão com material de boa qualidade isento de impurezas, com cascalho ou terra vegetal;
- V.** Rebaixamento ou elevação de caixas e PV's ao nível da calçada, de acordo com a necessidade;
- W.** Os passeios serão executados em concreto de 6 cm (seis centímetros) de espessura sobre terreno previamente nivelado e compactado, salvo quando não houver especificação em contrário;
- X.** Do concreto - será exigido traço 1:2:3, em volume, preparado mecanicamente, com o emprego de seixo rolado ou brita de granulometria apropriada e fator água/cimento compatível com a trabalhabilidade necessária. A resistência mínima exigida aos 28 dias será de 20,0 MPa;
- Y.** A declividade longitudinal deverá acompanhar a das guias e sarjetas;
- Z.** A declividade transversal será de no máximo 3% (três por cento), com caimento para o meio-fio/ rua;
- AA.** A declividade longitudinal deverá acompanhar a das guias e sarjetas;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

BB. Deverá ser feito o perfeito nivelamento do terreno, com retirada das eventuais camadas de terra vegetal, matéria orgânica ou qualquer outro material impróprio para serviços de pavimentação;

CC. A locação e o nivelamento dos serviços serão feitos de acordo com os desenhos e instruções fornecidos pela Fiscalização, devendo dispor de pessoal técnico necessário à correta execução dos trabalhos;

DD. Em princípio, todos os serviços de compactação serão executados por meios mecânicos. Excepcionalmente, e somente nos casos previamente reconhecidos e autorizados pela Fiscalização, será aceito a compactação manual. Nos locais em que o movimento de terra for superior a 20cm, a camada máxima de compactação não poderá ultrapassar a altura de 20cm.

EE. Os serviços de acerto do terreno e de compactação estão incluídos no preço das calçadas, com exceção dos casos de:

- Escavação média superior a 30 cm de espessura, caso em que o que exceder aos 30 cm será medido e pago separadamente;
- Aterros com altura média superior a 30 cm, caso em que o que exceder aos 30 cm será medido e pago separadamente;
- Camada a compactar a cada 20 cm, em excesso, serão medidas em separado, de acordo com a tabela de compactação mecânica.

FF. Compactação e reforço do subleito;

GG. Execução de base estabilizada: o terreno do passeio, após o acerto ou aterro, deverá ser fortemente apiloado na umidade adequada com soquete de pelo menos 10 kg;

HH. Execução do leito de areia;

II. Todo e qualquer serviço deverá atender à perfeita execução da obra, incluindo a limpeza final;

JJ. O início dos trabalhos só poderá ocorrer depois de examinada e liberada a preparação do terreno pela Fiscalização, e depois de ter Laboratório examinado e aprovado os materiais a empregar e o traço que a Contratada pretende utilizar. Para este fim, sempre que a firma pretende indicar um serviço novo, ou modificar os materiais destinados à confecção do concreto, ou ainda, pretender alterar o traço previamente autorizado, deverá fazer comunicação escrita a RA, em três vias.

KK. Fôrmas e juntas de madeira as fôrmas externas, quando for o caso, terão espessura de $\frac{3}{4}$ ', nos bordos retos, e de $\frac{1}{2}$ ' nos bordos curvos; as juntas terão espessura de $\frac{1}{2}$ '. Todas deverão estar perfeitamente alinhadas e escoradas, de forma a evitar deformações durante a concretagem. As estacas para fixação das juntas não deverão aparecer depois de concluída a calçada;

LL. Confecção, lançamento, adensamento e acabamento do concreto - a mistura deverá ser feita em betoneira mecânica, com controle do traço e da quantidade adequada de água; o lançamento será feito para uma única camada, sendo vedado o uso de massa para complementação da espessura especificada; o adensamento será mecânico, por meio de soquete ou sapinho, até que seja verificado o perfeito adensamento do concreto, nem insuficiente, que permita a formação de bolhas e falhas, nem excessivo, que permita a fuga da água determinando uma cura inadequada; o acabamento será executado por desempenamento com ferramentas apropriadas; eventuais falhas de acabamento serão corrigidas na hora, com a utilização da massa que sobrar do mesmo concreto;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

MM. O concreto será usinado e com resistência característica aos 28 dias equivalente a 18MPa e o lançamento será feito para uma única camada, sendo vedado o uso de massa para complementação da espessura especificada. O acabamento será executado por desempenamento com ferramentas apropriadas; eventuais falhas de acabamento serão corrigidas na hora, com a utilização da massa que sobrar do mesmo concreto.

NN. Quando houver necessidade, a critério da Fiscalização solicitar-se-á a CONTRATADA uma avaliação técnica, por laboratório competente, da resistência do concreto para a validação do traço e dos materiais empregados.

OO. O controle tecnológico do concreto, quando exigido pela fiscalização será efetuado por meio de corpos de prova a serem recolhidos periodicamente, na proporção mínima de seis corpos para cada 1.000 m² de calçadas executada, ou para cada nova frente de serviço em que tenham sido modificados os materiais ou o traço empregado. Os ensaios de ruptura poderão ser realizados em instituição especializada, pública ou privada, reconhecida oficialmente ou, se for o caso, pelo Laboratório da NOVACAP, dentro de suas disponibilidades e desde que solicitada sua intervenção em tempo hábil, que permita seja programado o trabalho. Neste caso a firma deverá encarregar-se do transporte do pessoal técnico e do material necessário para confecção dos corpos de prova no local da obra, devendo também se responsabilizar pela cura dos mesmos.

PP. Uma das vias, depois de ter o Laboratório conferidos os materiais e o traço, serão devolvidos à Contratada com o parecer correspondente. Este documento deverá ser mantido na obra, à disposição da Fiscalização. Qualquer modificação no traço ou substituição de materiais a utilizar sem prévia comunicação a RA implicará no embargo imediato dos serviços. Independentemente dessa Providência a Contratada permanece responsável pela resistência e acabamento dos serviços.

QQ. Quando os resultados dos testes de rompimento aos 7 dias não alcançarem, no mínimo, 7/10 (sete décimos) da resistência prevista aos 28 dias, deverá ser confeccionada uma nova série de corpos de prova para garantir o atendimento dos resultados finais.

RR. A empresa contratada deverá apresentar laudo de resistência do concreto fornecido pela empresa fabricante do concreto. Caso a resistência característica do concreto aos vinte e oito dias tenha alcançado um valor inferior ao especificado pela planilha de orçamento ou pelo caderno de encargos e em se tratando de resistência um pouco abaixo do valor especificado, a fiscalização poderá aceitar desde que acompanhado por um desconto que será efetuado na fatura correspondente, de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

Onde:

$$D = 0,70(1 - R28/180)C$$

D = desconto em Reais, a ser aplicado sobre o preço unitário da calçada;

R28 = resultado dos ensaios de resistência dos corpos de prova correspondendo a uma resistência média do concreto aos 28 dias sendo que, para o cálculo da média, todos os valores superiores a 180 serão considerados iguais a 180

C = preço unitário da calçada conforme contrato.

SS. A proteção e a cura do concreto são de responsabilidade da firma CONTRATADA. A proteção da calçada concretada, deverá ser feita por meio de cerca provisória que impeça a passagem de pedestres, ciclistas ou veículos sobre o passeio, até que o concreto tenha atingido resistência suficiente para suportar carga. Além disso, durante um mínimo de sete dias, a superfície do



concreto deverá ser mantida umedecida por meio de rega com água ou, eventualmente, proteção com areia úmida ou produtos especiais para cura;

TT. As calçadas que por ventura, apresentarem defeitos superficiais de acabamento, rachaduras ou bordos quebrados, dimensões diferentes das exigidas serão rejeitadas pela Fiscalização.

UU. As rampas de acessibilidade previstas em projeto deverão estar locadas no mínimo a três metros dos pontos de curva e apresentarão desnível entre o final da rampa e o nível da via, não superior a um centímetro e meio.

VV. Não serão admitidas falhas, rachaduras, desníveis, poças de águas pluviais (bacias ou saliências), e/ou quaisquer outros defeitos provenientes de má execução, compactação do terreno ou emprego inadequado de materiais.

WW. Fica implícita a garantia à obra pela contratada, nos termos do Código Civil Brasileiro, pelo prazo de cinco anos, em decorrência de má execução, levando-se em conta utilização normal por parte dos usuários.

XX. Todos os cortes em superfícies concretadas pré-existentes serão perfeitamente retos executados com disco cortante instalado em “maquitas”, e a remoção dos excessos.

YY. A empresa contratada deverá fornecer e efetuar montagem das rampas de acessibilidade pré-fabricadas em micro concreto armado, previstas no projeto básico e executivo.

ZZ. A FISCALIZAÇÃO definirá quais as placas de calçadas deverão ser substituídas.

4.6.3 PISO TÁTIL

A.

B. Pisos táteis de sinalização do tipo alerta para deficientes visuais, pré-moldados em concreto ou em ladrilho hidráulico, na cor amarela e nas dimensões de 25 x 25cm, serão instalados nas extremidades superiores e inferiores das escadas e rampas de acesso na circulação externa, bem como em desníveis de pisos, de acordo com as indicações do projeto.

C. Piso tátil em placa cimentícia de alta resistência:

- Piso tátil direcional de concreto com as seguintes dimensões:

- I. Largura – 250 mm;

- II. Distância horizontal entre centros de relevo – 83 mm;

- III. Distância do centro da 1ª placa de relevo à borda do piso – 42 mm;

- IV. Espessura da placa – 25 mm;

- V. Altura do relevo – 5 mm;

- VI. Largura da base do relevo – 30 mm;

- VII. Largura do topo do relevo – 20 mm;

- VIII. Cor cinza.

- Piso tátil de alerta de concreto com as seguintes dimensões:

- I. Largura – 250 mm;

- II. Distância horizontal entre centros de relevo – 50 mm;

- III. Distância do centro da 1ª placa de relevo à borda do piso – 27 mm;

- IV. Espessura da placa – 25 mm;

- V. Altura do relevo – 5 mm;

- VI. Largura da base do relevo – 24 mm;

- VII. Largura do topo do relevo – 14 mm;

- VIII. Cor cinza.



4.6.4 PISO EM GRANITINA

- A.** Deverá ser recomposta toda extensão de piso tipo granitina na parte interna, demolido para a execução de instalações de esgoto, nos mesmos tom, espessura e granulometria do piso existente.
- B.** Deverá ser recomposta a regularização do contrapiso, empregando argamassa de cimento e areia, sem peneirar, no traço 1:3, com espessura de 3cm, devendo a base ser apiloada e executado lastro impermeabilizado de concreto não estrutural com espessura de 6cm. A regularização deverá ser feita com régua de alumínio e desempenadeira de madeira, perfeitamente nivelado e sem ondulações.
- C.** Havendo sido removido qualquer trecho de rodapé, todos deverão ser recompostos nos mesmos materiais empregados, ou similar, garantindo-se a qualidade física e estética da reconstituição dos ambientes internos e cercanias dos boxes que sofreram intervenção;
- D.** As juntas de dilatação deverão ser executadas por fixação de juntas plásticas na cor existente, espessura de até 2mm, em quadrículas de no máximo 1x1m, acompanhando a disposição e o espaçamento da paginação original;
- E.** O piso deverá ser executado com a observância do caimento para ralos e/ou caixas sifonadas, quando presentes nos ambientes ou serem perfeitamente nivelados nos demais.
- F.** Antes da execução assentamento do piso, a base deve estar devidamente preparada com uma superfície rugosa e isenta de poeira e de qualquer irregularidade.

4.7 PINTURAS DE SUPERFÍCIE METÁLICA E ALVENARIA

- A.** As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas;
- B.** Cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas;
- C.** Deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como pisos e rodapés em granitina, revestimentos cerâmicos, vidros, louças, metais e acessórios, dobradiças e fechaduras, devendo ser efetuado perfeito recorte nos encontros entre as superfícies destes elementos.
- D.** Fornecimento e execução de emassamento de paredes internas e forros de gesso que deverá ser executado com massa corrida à base de PVA com duas demãos. Antes de receber o acabamento final, a área rebocada deverá receber selador acrílico e ser emassada com massa corrida de 1ª qualidade. A massa deverá ser aplicada com desempenadeira de aço ou espátula sobre a superfície em camadas finas e sucessivas. Aplicada a 1ª demão, após um intervalo mínimo de 8 a 10 horas, ou conforme orientação do fabricante, a superfície deverá ser lixada, com lixa de grão 100 a 150, a fim de corrigir o nivelamento e, após o período de secagem, proceder ao lixamento final.
- E.** Fornecimento e execução de pintura em tinta látex PVA, na cor branco neve, acabamento fosco, de marca de 1ª qualidade, para os forros de gesso e vigas superiores. Para as paredes



internas, pintura com tinta acrílica acabamento acetinado, na cor branco gelo, de marca de 1ª qualidade. Aplicar duas demãos de tinta sobre paredes e forros emassados. Para superfícies rebocadas, aplicar uma demão de selador acrílico antes do emassamento, incluso limpeza e lixamento preliminar.

F. Para a composição da fachada, fornecimento e execução de pintura texturizada de marca de 1ª qualidade, na cor branco gelo, tipo chapiscado, em três demãos aplicadas no rolo, sendo a terceira demão aplicada com textura mais fina para atenuar a aspereza, as reentrâncias e o pontiagudo da superfície, conforme a indicação no projeto.

G. Fornecimento e execução de pintura com tinta esmalte sintético de marca de 1ª qualidade, aplicadas duas demãos, na cor cinza médio ou cinza grafite claro, acabamento brilhante, em todas as superfícies metálicas e de madeira (janelas, portas de rolar, portas de madeira, portais, batentes/alisares, toda a estrutura do telhado) sendo que todas as superfícies metálicas deverão estar, previamente, revestidas com zarcão, e as de madeira deverão estar emassadas, e todas as peças e elementos a receberem a pintura lixados e limpos.

H. Todas as superfícies de ferro ou aço, internas ou externas, serão removidas as rebarbas e escórias de solda, com escova, palha de aço, lixa ou outros meios. Deverão também ser removidas graxas e óleos com ácido clorídrico diluído e removedores específicos. Depois de limpas e secas as superfícies tratadas serão aplicadas duas ou mais demãos de tinta de acabamento nas cores definidas pelo projeto e pela FISCALIZAÇÃO e observando sempre as recomendações do fabricante.

4.8- INSTALAÇÕES PREDIAIS

4.8.1 – INSTALAÇÕES SANITARIAS E PLUVIAIS

A. Todo o material relativo às instalações deverão ser em PVC rígido das linhas soldável e com juntas elásticas, quando aplicável, de marca de 1ª qualidade, observadas as bitolas e demais especificações constantes nos projetos e seus detalhamentos, bem como na Planilha Orçamentária.

B. Antes do início da montagem das tubulações, a Contratada deverá examinar cuidadosamente o projeto e verificar a existência de todas as passagens e aberturas nas estruturas. A montagem deverá ser executada com as dimensões indicadas no desenho e confirmadas no local da obra.

C. As tubulações, devido ao referido enchimento, não deverão ser ancoradas, devendo ser permitido trabalho de dilatação de forma a não prejudicar conexões.

D. As passagens para as tubulações, através de elementos estruturais, deverão ser executadas antes da concretagem, conforme indicação no projeto, ou por furação mecanizada também prevista e detalhada no cálculo estrutural.

E. Toda a tubulação e os acessórios das redes de captação de águas pluviais e de esgoto serão de PVC soldável, normatizada e executada conforme recomendações do fabricante. O diâmetro da tubulação deverá obedecer rigorosamente às especificações do projeto.

F. O procedimento usado nas juntas deverá ser o seguinte: lixamento na ponta, na parte externa e na bolsa na parte interna, aplicando em seguida líquido removedor de sujeira e colocar uma camada fina de cola do tipo colagem rápida para PVC.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- G.** Os tubos somente poderão ser assentados após a aprovação da FISCALIZAÇÃO que poderá, às expensas da CONTRATADA, solicitar os ensaios que julgar necessário, bem como rejeitar o material julgado impróprio para uso.
- H.** A abertura das valas para assentamento de tubos deverá obedecer rigorosamente a marcação feita por ocasião da locação do projeto.
- I.** A profundidade deverá obedecer às cotas do projeto, podendo ser alterado, mediante autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, nos pontos onde o terreno natural for atingido em profundidade inferior a estabelecida no projeto.
- J.** As caixas de gordura para conexão das pias das bancas indicadas em projeto, deverão ser em PVC, de marca de 1ª qualidade, com capacidade de 18 litros, dotadas de cesto para limpeza, e assentadas de forma que o acabamento da tampa esteja em nivelamento perfeito com o acabamento do piso;
- K.** Toda a tubulação deverá ser testada antes do recobrimento.

4.8.2 - ALVENARIA PARA CAIXA DE INSPEÇÃO

- A.** Deverão ser construídas 59 (cinquenta e nove) caixas de captação de esgoto e 101 (cento e uma) caixas de gordura; e 8 (oito) caixas de inspeção de águas pluviais com a capacidade, dimensões e posições de cada tipo definida em projeto, devendo ser construídas em alvenaria de blocos estruturais nos tamanhos **14x19x39cm**;
- B.** As paredes em geral terão espessura de 20cm acabadas e apresentarão prumo e alinhamento perfeitos, fiadas niveladas e com a espessura das juntas compatíveis com os materiais empregados;
- C.** As juntas verticais não deverão coincidir entre fiadas contínuas, de modo a garantir a amarração dos tijolos.
- D.** A planeza das paredes será verificada periodicamente durante o levantamento da alvenaria e comprovada após a alvenaria erguida, não podendo apresentar distorção maior que 5mm.
- E.** Os blocos serão assentados com argamassa pré-fabricada misturada ao cimento na proporção de 6:1 (argamassa, cimento), com fuga de 1,5cm, adicionadas de aditivo impermeabilizante;
- F.** Antes de ser iniciado qualquer serviço de revestimento deverão ser testadas todas as canalizações, os caimentos e chumbamento das tubulações;
- G.** Fornecimento e aplicação de chapisco de aderência com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3, com adição de adesivo a base de resina sintética, e = 5mm, nas paredes inclusive de áreas úmidas;
- H.** O procedimento de execução do chapisco deverá obedecer ao previsto na NBR 7200 – Revestimentos de paredes e tetos com argamassas – materiais, preparo, aplicação e manutenção. As bases de revestimento deverão atender às condições de plano, prumo e nivelamento, fixadas pela especificação de norma brasileira.
- I.** Para a aplicação do chapisco, a base deverá estar limpa, livre de pó, graxas, óleos, eflorescências, materiais soltos ou quaisquer produtos que venham prejudicar a aderência e abundantemente molhadas antes de receber a aplicação desse tipo de revestimento. A operação terá de ser executada, para atingir o seu objetivo, com o emprego de esguicho de mangueira.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

J. A aplicação do chapisco deverá ser realizada através de aspersão vigorosa da argamassa, continuamente sobre toda área da base, que se pretende revestir.

K. Fornecimento e aplicação de reboco tipo paulista utilizando argamassa mista de cimento cal e areia, no traço 1:2:8, com 25mm de espessura, aplicado em parede interna e externa, devendo ser utilizado aditivo impermeabilizante na proporção indicada pelo fabricante;

L. O reboco paulista consiste em uma camada de revestimento que propicia a superfície receber o acabamento final. Sua aplicação se dará após o chapisco.

M. O procedimento de execução do reboco deverá obedecer ao previsto na NBR 7200 – Revestimento de paredes e tetos com argamassas - materiais, preparo, aplicação e manutenção.

N. O reboco paulista deve ser alisado e desempenado, devendo aderir bem ao chapisco e deverá possuir textura e composição uniforme. A espessura da camada de reboco paulista deverá ter no máximo 25mm.

O. A fixação das tampas das caixas deverá ser estanque à água, resíduos e gases, e deverão ser fundidas à tampas de concreto moldadas in loco, conforme e especificações do projeto.

P. A tubulação secundária que a chega à caixa de gordura deverá ser direcionada ao melhor ângulo para conexão futura das instalações de cada banca, por seu permissionário e às suas expensas.

4.9- PINTURAS

A. As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, escovadas e raspadas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias estranhas;

B. Cada demão de tinta somente será aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas;

C. Deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como pisos e rodapés em granitina, revestimentos cerâmicos, vidros, louças, metais e acessórios, dobradiças e fechaduras, devendo ser efetuado perfeito recorte nos encontros entre as superfícies destes elementos.

D. Fornecimento e execução de pintura em tinta látex PVA, nas paredes das muretas de arrimo externas, em cor pigmentada na cor branca, acabamento fosco, de marca de 1ª qualidade. Aplicar duas demãos de tinta sobre paredes previamente lixadas e com aplicação de uma demão de selador acrílico antes da pintura.

E. Fornecimento e execução de pintura com tinta esmalte sintético de marca de 1ª qualidade, aplicadas duas demãos, na cor verde no tom existente, acabamento brilhante, os pilares, as vigas e elementos da estrutura da cobertura da praça de alimentação, e trechos do cercamento em alambrado correspondente a 134m² de área

F. Todas as superfícies metálicas deverão estar, previamente, revestidas com tinta de proteção anticorrosão zarcão, e as de madeira deverão estar emassadas, e todas as peças e elementos a receberem a pintura lixados e limpos.

G. Todas as superfícies de ferro ou aço, internas ou externas, serão removidas as rebarbas e escórias de solda, com escova, palha de aço, lixa ou outros meios. Deverão também ser removidas graxas e óleos com ácido clorídrico diluído e removedores específicos. Depois de limpas e secas as superfícies tratadas serão aplicadas duas ou mais demãos de tinta de acabamento nas cores definidas pelo projeto e pela FISCALIZAÇÃO e observando sempre as recomendações do fabricante.



4.10 DESMOBILIZAÇÃO E LIMPEZA FINAL

- A. Deverão ser removidas da obra todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios, além de todo o entulho, deixando a obra completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos.
- B. A limpeza da obra deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes do conjunto.
- C. Deverá ser dedicado particular cuidado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.
- D. Para assegurar a entrega da obra em perfeito estado, a CONTRATADA executará todos os arremates que julgar necessários e os que a fiscalização determinar.
- E. Será feita remoção total de entulhos, e reconstituição dos locais danificados e onde foram instalados equipamentos e/ou barracos, necessários a execução da obra.
- F. A CONTRATADA deverá manter a obra dentro da melhor técnica executiva, procedendo a uma permanente limpeza de todas as instalações do canteiro e fazendo constantes remoções de entulhos e detritos que forem surgindo em todas as dependências (interna e externa) do Posto ocupadas e/ou atingidas durante a execução dos serviços de reforma.
- G. Reconstituição das áreas, desmonte e limpeza do canteiro de obras como construído – *as built*
- H. Todas as modificações que por ventura ocorrerem na rede existente e/ou nos projetos complementares e executivos deverão ser registrado e posteriormente apresentado no *as built*, dos respectivos projetos, pela CONTRATADA.

5. ENTREGA DA OBRA

- A. Ao término da obra e serviços serão desmontados e demolidos todos os elementos provisórios e, se necessário, a recuperação do local onde o mesmo foi instalado.
- B. Todos os materiais e equipamentos deverão ser removidos ao término da obra, bem como; peças remanescentes e sobras, sucata, ferramentas e acessórios, garantindo a limpeza geral da área.

5.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- A. A CONTRATADA, antes da comunicação do término da obra, deverá efetuar uma vistoria final acompanhada da Fiscalização desta Administração Regional.
- B. Será procedida cuidadosa verificação, por parte da Fiscalização, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações. Serão verificadas, ainda, todas as partes que constituem o acabamento final das obras, observando-se todos os aspectos relativos ao projeto arquitetônico e detalhes executivos elaborados.
- C. Quando as obras contratadas ficarem inteiramente concluídas e de perfeito acordo com o contrato, a CONTRATADA solicitará por escrito à Fiscalização o recebimento das mesmas.
- D. O atendimento da solicitação feita no item anterior será através da Fiscalização da RA IX, que deverá lavrar um termo de Recebimento Provisório. Nos termos da legislação não haverá quitação da última fatura enquanto houver exigências no termo de recebimento provisório.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

E. Para recebimento da obra a firma deverá apresentar ainda:

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais (Parágrafo 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93), compreendendo:
- Certidão Negativa de Débito - CND - emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, conforme Lei Nº 8.212 de 1991;
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, conforme Art. 27 da Lei Nº 8.036 de 11 de março de 1990.

5.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO

A. O termo de Recebimento Definitivo deverá ser solicitado pela contratante e será lavrado em até 90 (noventa) dias após o Recebimento Provisório, referido no item anterior, e se tiverem sido atendidas todas as pendências apontadas pela Fiscalização.

B. A CONTRATANTE somente receberá as obras:

- Após a conclusão total dos serviços e a emissão dos certificados de vistoria dos serviços públicos, passados pelos órgãos e concessionárias conforme o caso.
- A vistoria final por representantes de ambas as partes contratantes, com laudo sem reclamações e também com toda a documentação da obra em ordem.

6. ANEXOS

Fazem parte deste caderno os seguintes anexos:

- ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
- ANEXO II - PROJETOS E DETALHAMENTOS
- ANEXO III – CD COM TODOS OS ARQUIVOS GRAVADOS EM FORMATO *.PDF*
- ANEXO IV – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANILHA ANALÍTICA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
- ANEXO V – BDI E ENCARGOS SOCIAIS

Ceilândia- DF, 1º de novembro de 2017.

FERNANDO DE OLIVEIRA

Coordenador de Licenciamento, Obras e
Manutenção - RA IX
Mat. 1.679.468-0

ELIAS DA SILVA JUSTO

Diretor de Obras - RA IX
Mat. 1.681.188-7

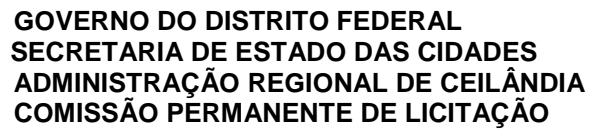
DE ACORDO

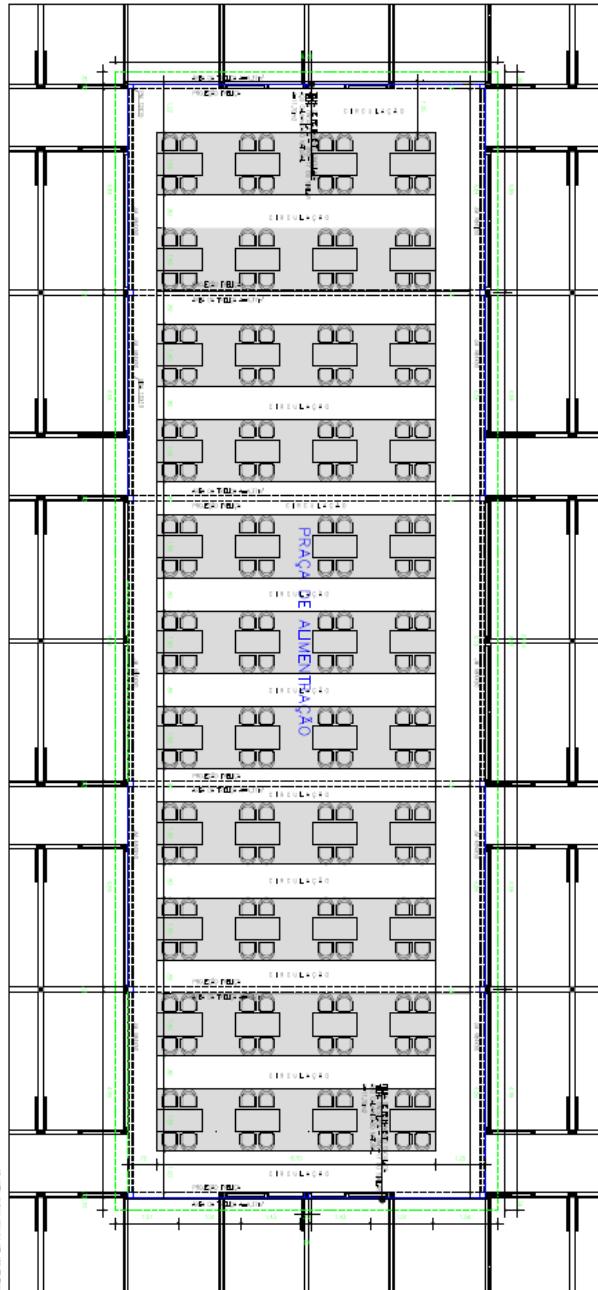
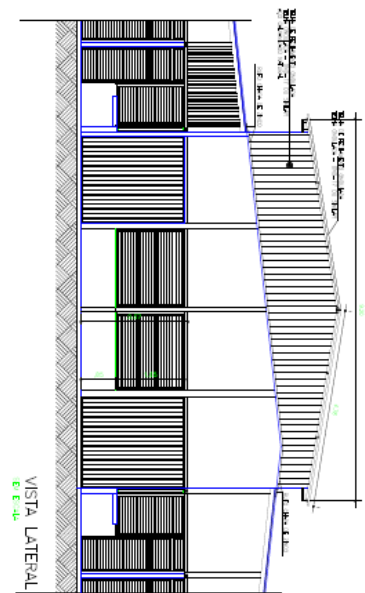
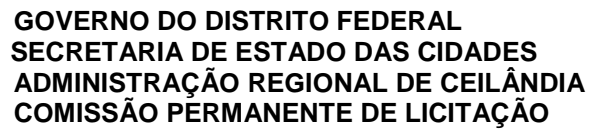
Aprovo o presente, nos termos do art. 7º, §2º, inciso I, Lei 8.666/93.

Ceilândia- DF, 01 de novembro de 2017.

VILSON JOSÉ DE OLIVEIRA

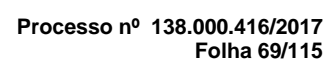
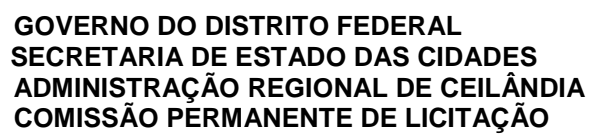
Administrador Regional de Ceilândia - RA IX

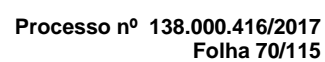
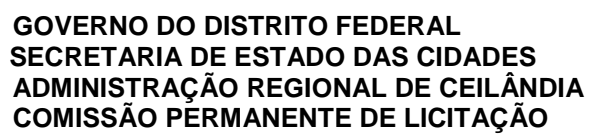


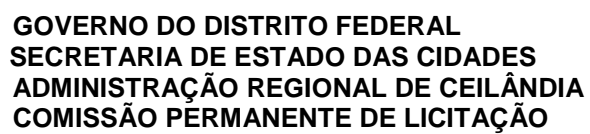


PLANTA BARRA MESA DE MUESTRA

[illegible][illegible]









GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO


ANEXO II-C
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
OBRA:	REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DO P. NORTE	DATA : 27/07/2017	L.S. Hora: 85,16%
ENDEREÇO:	QNN 37 ÁREA ESPECIAL Nº 01	BDI : 25,00%	L.S. Mês: 49,49%
CLIENTE:	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA RA IX DIRETORIA DE OBRAS RA IX - DIOB/COLOM	FONTE	VERSÃO REF.
		SBC	2017/08 - Brasília 08/2017
		SINAPI	2017/09 COM DESONERAÇÃO 10/2017

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - DESPESAS LEGAIS						214,85
1.1	CAU/ CREA	TAXA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DE OBRA CREA/DF E/OU CAU/DF		UND	1,00	214,85	214,85
2	SERVIÇOS PRELIMINARES - CANTEIRO DE OBRAS						8.734,74
2.1	CANTEIRO DE OBRAS						6.125,24
2.1.1	012057	ALUGUEL MENSAL CONTAINER ESCRITORIO DE OBRAS C/VC+RETIRADA	SBC	UN	4,00	763,50	3.054,00
2.1.2	014065	CONSUMO DE ENERGIA PARA OPERACAO (6h/dx26 dias) TORRE MISTA	SBC	MES	4,00	210,70	842,80
2.1.3	014017	CONSUMO AGUA E ESGOTO OBRAS ATE 4.000m2	SBC	MES	4,00	557,11	2.228,44
2.2	PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO						2.609,50
2.2.1	012660	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA CHAPA GALVANIZADA 26	SBC	M2	6,00	138,19	829,14
2.2.2	85424	ISOLAMENTO DE OBRA COM TELA PLASTICA COM MALHA DE SMM E ESTRUTURA DE MADEIRA PONTALETEADA	SINAPI	M2	94,00	18,94	1.780,36
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS						65.748,94
3.1	DEMOLIÇÃO DE PISOS						53.602,36
3.1.1	022907	DEMOLICAO DE PISO CIMENTADO BSE CONCRETO 8CM(SILOS)	SBC	M2	3.681,74	10,24	37.701,02
3.1.2	72897	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	SINAPI	M3	382,90	16,15	6.183,84
3.1.3	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016(25 KM)	SINAPI	M3XKM	9.572,50	1,00	9.572,50
3.1.4	023901	REMOCOES-RETIRADA E REMOCAO DE MEIO-FIO	SBC	M	20,00	7,25	145,00
3.2	ESCAVAÇÕES E PREPARO DE VALAS PARA INSTALAÇÕES						12.146,58
3.2.1	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS. AF_03/2016	SINAPI	M3	89,63	52,02	4.662,55
3.2.2	020164	REATERRO DE CAVA COM MATERIAL DA OBRA-BALDRAME PAREDES 0,20m	SBC	M	687,87	10,88	7.484,03
4	INFRA-ESTRUTURA						8.113,96
4.1	MURETA						1.161,52
4.1.1	ALVENARIA						1.161,52
4.1.1.1	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM, (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M², SEM VÃOS, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_12/2014	SINAPI	M2	14,00	55,24	773,36
4.1.1.2	030069	CONCRETO 1:2:2,5 fck=15MPa+278 L/água P/SAPATAS EM FUNDACOES	SBC	M3	1,00	388,16	388,16
4.2	FUNDAÇÕES PARA COBERTURA						6.952,44
4.2.1	ESCAVAÇÕES E FORMAS						3.742,77
4.2.1.1	96523	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FORMA. AF_06/2017	SINAPI	M3	3,28	61,44	201,52
4.2.1.2	031012	ESTACA MOLDADA NO LOCAL CONCRETO/ACO+PERFURACAO ROTATIVA 0.32	SBC	M	42,00	70,11	2.944,62
4.2.1.3	210056	RETIRADA ENTULHO OBRAS-CAMINHAO CARRETEIRO INCL ESTIVA CARGA	SBC	M3	6,25	95,46	596,63
4.2.2	ARMADURAS						1.489,82
4.2.2.1	ARMADURA ESTACAS						473,96
4.2.2.1.1	96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SINAPI	KG	52,42	6,77	354,88
4.2.2.1.2	92791	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIAMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF_12/2015	SINAPI	KG	21,34	5,58	119,08
4.2.2.2	ARMADURA BLOCOS						1.015,86
4.2.2.2.1	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SINAPI	KG	121,66	8,35	1.015,86
4.2.3	CONCRETAGEM						1.719,85
4.2.3.1	CONCRETAGEM ESTACAS DE FUNDAÇÃO						420,14
4.2.3.1.1	94963	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SINAPI	M3	0,99	284,61	281,76
4.2.3.1.2	92873	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	SINAPI	M3	0,99	139,78	138,38
4.2.3.2	CONCRETAGEM DOS BLOCOS						1.299,71




GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
	OBRA:	REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DO P. NORTE			DATA : 27/07/2017	L.S. Hora: 85,16%	
	ENDEREÇO:	QNN 37 ÁREA ESPECIAL Nº 01			BDI : 25,00%	L.S. Mês: 49,49%	
	CLIENTE:	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA RA IX DIRETORIA DE OBRAS RA IX - DIOB/COLOM			FONTE	VERSÃO	REF.
					SBC	2017/08 - Brasília	08/2017
			SINAPI	2017/09 COM DESONERAÇÃO	10/2017		

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
4.2.3.2.1	94963	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3:4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SINAPI	M3	1,75	284,61	498,07
4.2.3.2.2	92873	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	SINAPI	M3	1,75	139,78	244,62
5	ESTRUTURA METÁLICA						30.781,22
5.1	00040536	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE AÇO GALVANIZADO, DOBRADO, 150 X 60 X 20 MM, E = 3,00 MM (PILARES)	SINAPI	KG	1.019,94	4,10	4.181,75
5.2	1031889	PERFIL CHAPA"U"DOBR.ENRIGECIDA 75x40x3,04mm(3,85kg/m) - (TERÇAS)	SBC	KG	845,15	5,34	4.513,10
5.3	00040536	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE AÇO GALVANIZADO, DOBRADO, 150 X 60 X 20 MM, E = 3,00 MM (VIGAS-TRAVAS)	SINAPI	KG	1.001,00	4,10	4.104,10
5.4	00040535	PERFIL "U" SIMPLES DE AÇO GALVANIZADO DOBRADO 75 X 40* MM, E = 2,65 MM (FECHAMENTOS LATERAIS)	SINAPI	KG	255,01	4,10	1.045,54
5.5	00040536	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE AÇO GALVANIZADO, DOBRADO, 150 X 60 X 20 MM, E = 3,00 MM (TESOURAS)	SINAPI	KG	617,24	4,10	2.530,68
5.6	1010142	CONJUNTO CONTRAVENTRAGEM PARA COBERTURA, COM ESTICADORES	SBC	CJ	1,00	720,00	720,00
5.7	00010999	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIÂMETRO IGUAL A 4,00 MM	SINAPI	KG	20,00	18,91	378,20
5.8	023383	FORNECIMENTO DE JANELA DE FERRO BASCULANTE	SBC	M2	41,16	160,64	6.611,94
5.9	84959	VIDRO LISO COMUM TRANSPARENTE, ESPESSURA 6MM	SINAPI	M2	41,16	162,68	6.695,91
6	COBERTURA						12.956,14
6.1	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016 (COBERTURA)	SINAPI	M2	243,20	38,39	9.336,45
6.2	94213	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016 (FECHAMENTO)	SINAPI	M2	39,87	38,39	1.530,61
6.3	1007752	TELHA FIBRA VIDRO 6mm TRANSPARENTE ONDALEV 2,44x0,50m	SBC	UN	19,12	9,00	172,08
6.4	94231	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016(ACABAMENTOS EM CHAPA)	SINAPI	M	73,28	26,16	1.917,00
7	PISOS INTERNOS E EXTERNOS(PAVIMENTAÇÃO)						281.056,25
7.1	84191	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA ESPESSURA 8 MM, INCLUSO JUNTAS DE DILATAÇÃO PLÁSTICAS(RECOMPOSIÇÃO)	SINAPI	M2	3.432,61	79,64	273.373,06
7.2	00036178	PISO PODOATIL DE CONCRETO - DIRECIONAL E ALTA, 40 X 40 X 2,5* CM	SINAPI	UN	65,00	7,15	464,75
7.3	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	SINAPI	M	20,00	29,03	580,60
7.4	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016(7 CM)	SINAPI	M3	17,44	380,61	6.637,84
8	PINTURAS DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E ALVENARIAS						13.421,14
8.1	74064/001	FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE ÓXIDO DE FERRO (ZARCAO), DUAS DEMAOS (CERCAMENTO ALAMBRADO EXISTENTE)	SINAPI	M2	145,82	15,68	2.286,46
8.2	73924/003	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA	SINAPI	M2	329,42	21,23	6.993,59
8.3	84123	LIXAMENTO MAN C/ LIXA CALAFATE DE CONCR APARENTE ANTIGO	SINAPI	M2	223,48	4,95	1.106,23
8.4	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMAOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	223,48	7,62	1.702,92
8.5	180603	PINTURA ACRILICA CONCRETO 2 DEMAOS	SBC	M2	223,48	5,96	1.331,94
9	INSTALAÇÕES PREDIAIS						102.554,08
9.1	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS						90.207,00
9.1.1	90696	TUBO DE PVC PARA REDE COLETOIRA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 200 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_06/2015	SINAPI	M	165,15	60,48	9.988,27
9.1.2	90695	TUBO DE PVC PARA REDE COLETOIRA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_06/2015	SINAPI	M	108,80	39,39	4.285,63
9.1.3	72289	CAIXA DE INSPEÇÃO 80X80X80CM EM ALVENARIA - EXECUÇÃO	SINAPI	UN	59,00	322,39	19.021,01
9.1.4	053350	TAMPA FERRO FUNDIDO PARA CAIXA INSPEÇÃO 40x40cm (T33)	SBC	UN	59,00	200,91	11.853,69
9.1.5	00009836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	SINAPI	M	355,62	9,41	3.346,38



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
	OBRA:	REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DO P. NORTE			DATA : 27/07/2017	L.S. Hora: 85,16%	
	ENDEREÇO:	QNN 37 ÁREA ESPECIAL Nº 01			BDI : 25,00%	L.S. Mês: 49,49%	
	CLIENTE:	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA RA IX DIRETORIA DE OBRAS RA IX - DIOB/COLOM			FORTE	VERSÃO	REF.
					SBC	2017/08 - Brasília	08/2017
SINAPI	2017/09 COM DESONERAÇÃO	10/2017					

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FORTE	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
9.1.6	90748	ASSENTAMENTO DE TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL ALTO DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_08/2015	SINAPI	M	193,50	3,68	712,08
9.1.7	00035277	CAIXA DE GORDURA EM PVC, DIÂMETRO MÍNIMO 300 MM, DIÂMETRO DE SAÍDA 100 MM, CAPACIDADE APROXIMADA 18 LITROS, COM TAMPA E CESTO REMOVÍVEL	SINAPI	UN	101,00	389,36	39.325,36
9.1.8	89798	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_12/2014	SINAPI	M	101,00	8,40	848,40
9.1.9	73888/001	ASSENTAMENTO TUBO PVC COM JUNTA ELÁSTICA, DN 50 MM	SINAPI	M	202,00	1,41	284,82
9.1.10	00020155	JOELHO, PVC SÉRIE R, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	SINAPI	UN	101,00	5,36	541,36
9.2	INSTALAÇÕES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS						12.347,08
9.2.1	89580	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014 (Tubo descida da calha)	SINAPI	M	16,00	47,07	753,12
9.2.2	89679	LUVA DE CORRER, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	SINAPI	UN	4,00	67,14	268,56
9.2.3	89590	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014 (Tubo de descida da calha)	SINAPI	UN	8,00	82,89	663,12
9.2.4	1043742	CAIXA MÚLTIPLA PARA ÁGUAS PLUVIAIS(CAIXA AREIA)1,0x1,0m	SBC	UN	8,00	98,00	784,00
9.2.5	053350	TAMPA FERRO FUNDIDO PARA CAIXA GORDURA/INSPECAO 40x40cm (T33)	SBC	UN	8,00	200,91	1.607,28
9.2.6	90696	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 200 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_06/2015	SINAPI	M	125,59	60,48	7.595,68
9.2.7	053125	JOELHO 45 PVC SÉRIE LEVE 200mm	SBC	UN	4,00	94,47	377,88
9.2.8	00003836	LUVA DE CORRER PVC, JE, DN 200 MM, PARA REDE COLETORA DE ESGOTO (NBR 10569)	SINAPI	UN	4,00	74,36	297,44
10	SERVIÇOS COMPLEMENTARES E EXTERNOS						7.696,94
10.1	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SINAPI	M2	3.432,61	1,99	6.830,89
10.2	210002	DESMONTAGEM E REMOÇÃO DE CONTÊINERS EM OBRAS	SBC	UN	1,00	173,02	173,02
10.3	00039022	PORTA DE ABRIR EM AÇO TIPO VENEZIANA, COM FUNDO ANTICORROSIVO / PRIMER DE PROTEÇÃO, SEM GUARNICÃO/ALIZAR/VISTA. 87 X 210 CM	SINAPI	UN	3,00	231,01	693,03
11	SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS						30.818,88
11.1	88315	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	120,00	17,07	2.048,40
11.2	00000252	AJUDANTE DE SERRALHEIRO	SINAPI	H	120,00	9,46	1.135,20
11.3	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	176,00	69,71	12.268,96
11.4	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	704,00	21,28	14.981,12
11.5	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (Serviço de substituição de portas de aço venezianas)	SINAPI	H	12,00	17,92	215,04
11.6	88242	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (Serviço de substituição de portas de aço venezianas)	SINAPI	H	12,00	14,18	170,16
						VALOR ORÇAMENTO:	562.097,14
						VALOR BDI TOTAL:	140.524,28
						VALOR TOTAL:	702.621,42
Setecentos e Dois Mil Seiscentos e Vinte e Um reais e Quarenta e Três centavos							



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**


**ANEXO II-D
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS1	MÊS2	MÊS3	MÊS4	Total parcela
1	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - DESPESAS LEGAIS	214,85	100,00 %				100,00 %
			214,85				214,85
2	SERVIÇOS PRELIMINARES - CANTEIRO DE OBRAS	8.734,74	35,00 %	25,00 %	25,00 %	15,00 %	100,00 %
			3.057,16	2.183,69	2.183,69	1.310,20	8.734,74
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	65.748,94	45,00 %	40,00 %	15,00 %		100,00 %
			29.587,02	26.299,58	9.862,34		65.748,94
4	INFRA-ESTRUTURA	8.113,96	100,00 %				100,00 %
			8.113,96				8.113,96
5	ESTRUTURA METÁLICA	30.781,22	40,00 %	60,00 %			100,00 %
			12.312,49	18.468,73			30.781,22
6	COBERTURA	12.956,14		45,00 %	55,00 %		100,00 %
				5.830,26	7.125,88		12.956,14
7	PISOS INTERNOS E EXTERNOS(PAVIMENTAÇÃO)	281.056,25		30,00 %	45,00 %	25,00 %	100,00 %
				84.316,88	126.475,31	70.264,06	281.056,25
8	PINTURAS DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E ALVENARIAS	13.421,14		60,00 %	30,00 %	10,00 %	100,00 %
				8.052,68	4.026,34	1.342,12	13.421,14
9	INSTALAÇÕES PREDIAIS	102.554,08	10,00 %	35,00 %	45,00 %	10,00 %	100,00 %
			10.255,41	35.893,93	46.149,34	10.255,40	102.554,08
10	SERVIÇOS COMPLEMENTARES E EXTERNOS	7.696,94				100,00 %	100,00 %
						7.696,94	7.696,94
11	SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS	30.818,88	20,00 %	25,00 %	40,00 %	15,00 %	100,00 %
			6.163,78	7.704,72	12.327,55	4.622,83	30.818,88
12	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	140.524,29	12,40 %	33,58 %	37,03 %	16,99 %	100,00 %
			17.425,01	47.188,06	52.036,14	23.875,08	140.524,29
702.621,42			87.129,68	235.938,53	260.186,59	119.366,63	702.621,42
			87.129,68	323.068,21	583.254,80	702.621,42	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II-E
PLANILHA RESUMO DO ORÇAMENTO (ANALÍTICA)

	RESUMO DO ORÇAMENTO				
	OBRA:	REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DO P. NORTE	DATA : 27/07/2017	L.S. Hora:	85,16%
	ENDEREÇO:	QNN 37 ÁREA ESPECIAL Nº 01	BDI : 25,00%	L.S. Mês:	49,49%
	CLIENTE:	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA RA IX DIRETORIA DE OBRAS RA IX - DIOB/COLOM	FONTE	VERSÃO	REF.
			SBC	2017/08 - Brasília	08/2017
			SINAPI	2017/09 COM DESONERAÇÃO	10/2017

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL	%
1	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS - DESPESAS LEGAIS	214,85	0,03
2	SERVIÇOS PRELIMINARES - CANTEIRO DE OBRAS	8.734,74	1,24
3	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	65.748,94	9,36
4	INFRA-ESTRUTURA	8.113,96	1,15
5	ESTRUTURA METÁLICA	30.781,22	4,38
6	COBERTURA	12.956,14	1,84
7	PISOS INTERNOS E EXTERNOS(PAVIMENTAÇÃO)	281.056,25	40,00
8	PINTURAS DE SUPERFÍCIES METÁLICAS E ALVENARIAS	13.421,14	1,91
9	INSTALAÇÕES PREDIAIS	102.554,08	14,60
10	SERVIÇOS COMPLEMENTARES E EXTERNOS	7.696,94	1,10
11	SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS	30.818,88	4,39
12	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	140.524,29	20,00
VALOR ORÇAMENTO:		562.097,14	100,00
VALOR BDI TOTAL:		140.524,28	
VALOR TOTAL:		702.621,42	

Setecentos e Dois Mil Seiscentos e Vinte e Um reais e Quarenta e Três centavos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II-F
BDI – BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

BDI-BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS			
Obra: REFORMA DE PISO E INSTALAÇÕES PREDIAIS, E CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA FEIRA DO P. NORTE			
Local: QNN 37 – FEIRA PERMANENTE DO P. NORTE - CEILÂNDIA- DF			
COMPONENTES			INCIDÊNCIA
A		DESPESAS INDIRETAS	
	1	Administração Central	5,00%
	2	Seguros + Garantias	0,85%
	3	Riscos	1,50%
	4	Despesas Financeiras	1,21%
SUBTOTAL "A"			8,56%
B		TRIBUTOS	
	1	COFINS – Contribuição financiamento seguridade social	3,00%
	2	PIS – Programa de Integração Social	0,65%
	3	ISS – Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza	3,00%
	4		
SUBTOTAL "B"			6,65%
C		BONIFICAÇÃO	
	1	Lucro	7,40%
	2		
	3		
	4		
SUBTOTAL "C"			7,40%
B D I			25,00%
FÓRMULA UTILIZADA PARA CÁLCULO DO BDI			


$$BDI = \left[\left(\frac{1 + (AC + S + R + G) \times ((1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$$

AC	Taxa Representativa das despesas de rateio da Administração Central
S	Taxa representativa de Seguros
R	Taxa representativa de Riscos
G	Taxa representativa Garantias
DF	Taxa representativa das Despesas Financeiras
L	Taxa representativa de Lucro
I	Taxa representativa da incidência de Impostos
	Taxa representativa da incidência de impostos é aplicada sobre o preço de venda da prestação de serviço, enquanto que as demais taxas são aplicadas sobre o custo
REFERÊNCIAS:	
Fórmula de cálculo do BDI: relatório do Acórdão nº 2.622/2013-TCU/ Plenário	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II-G
TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

	TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS				
	OBRAS:	REFORMA DA FEIRA PERMANENTE DO P. NORTE	DATA : 27/07/2017	L.S. Hora:	85,16%
	ENDEREÇO:	QNN 37 ÁREA ESPECIAL Nº 01	BDI : 25,00%	L.S. Mês:	49,49%
	CLIENTE:	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA RA IX DIRETORIA DE OBRAS RA IX - DIOB/COLOM	FORTE	VERBAO	REF.

COD	DESCRIÇÃO	HORA %	MÊS %
A	GRUPO A		
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	1,00	1,00
	TOTAL	17,80	17,80

B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,77	0,00
B2	Feridos	3,41	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90	0,70
B4	13º Salário	10,72	8,33
B5	Licença PaternidadeE	0,06	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,71	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,42	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11	0,08
B9	Férias Gozadas	8,12	6,31
B10	Salário Maternidade	0,03	0,02
	TOTAL	43,25	16,05

C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,19	4,04
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,12	0,10
C3	Férias Indenizadas	5,24	4,08
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,98	3,88
C5	Indenização Adicional	0,44	0,34
	TOTAL	15,97	12,44

D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,70	2,86
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,44	0,34
	TOTAL	8,14	3,20

Horista = 85,16%
Mensalista = 49,49%

A + B + C + D



ANEXO II-H RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



FONTE: DIOB-RA-IX-Circulação Laterais-Elias da Silva Justo





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



FONTE: DIOB-RA-IX-Circulação e Caixa de Inspeção-Elias da Silva Justo





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



FONTE: DIOB RA-IX –Circulação Interna e Caixa de Inspeção-Elias da Silva Justo



FONTE: DIOB-RA-IX –Calçada Lateral externa e Lateral Interna-Elias da Silva Justo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



FONTE: DIOB-RA-IX – Piso Banheiros-Elias da Silva Justo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



FONTE: DIOB-RA-Circulação Interna, Águas Pluviais-Elias da Silva Justo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



FONTE: DIOB –RA –IX – Corredores Internos- Elias da Silva Justo



FONTE: DIOB –RA –IX – Praça de Alimentação-Elias da Silva Justo



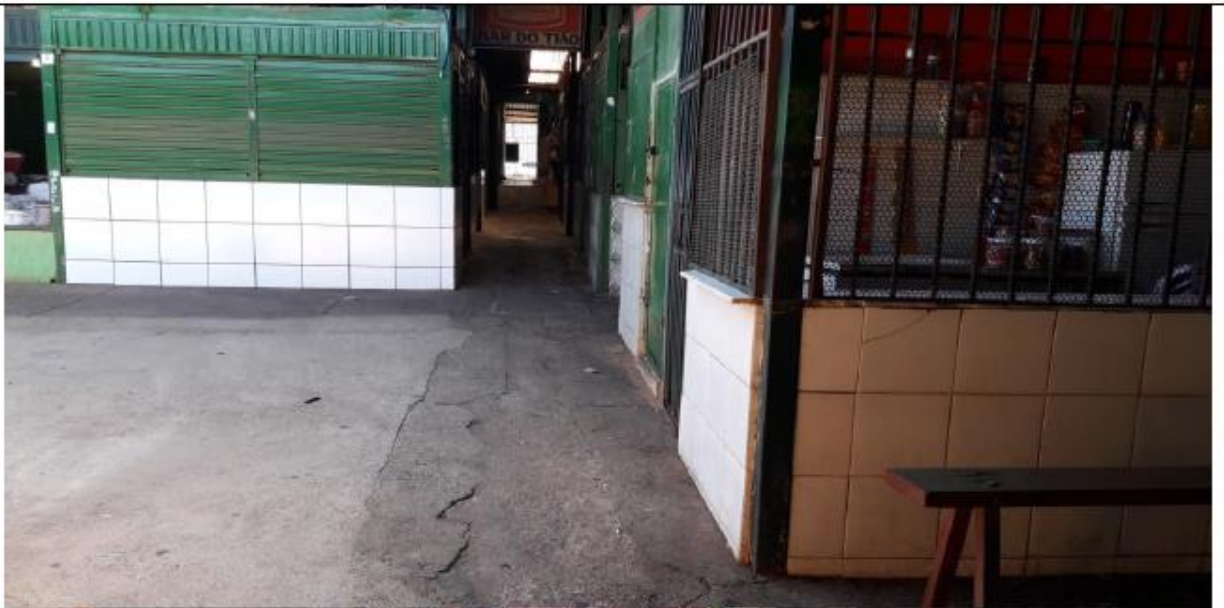
**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Fonte: DIOB-RA-IX Praça de Alimentação-Elias da Silva Justo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



FONTE; RA-IX Corredor Interno e Praça de Alimentação-Elias da Silva Justo



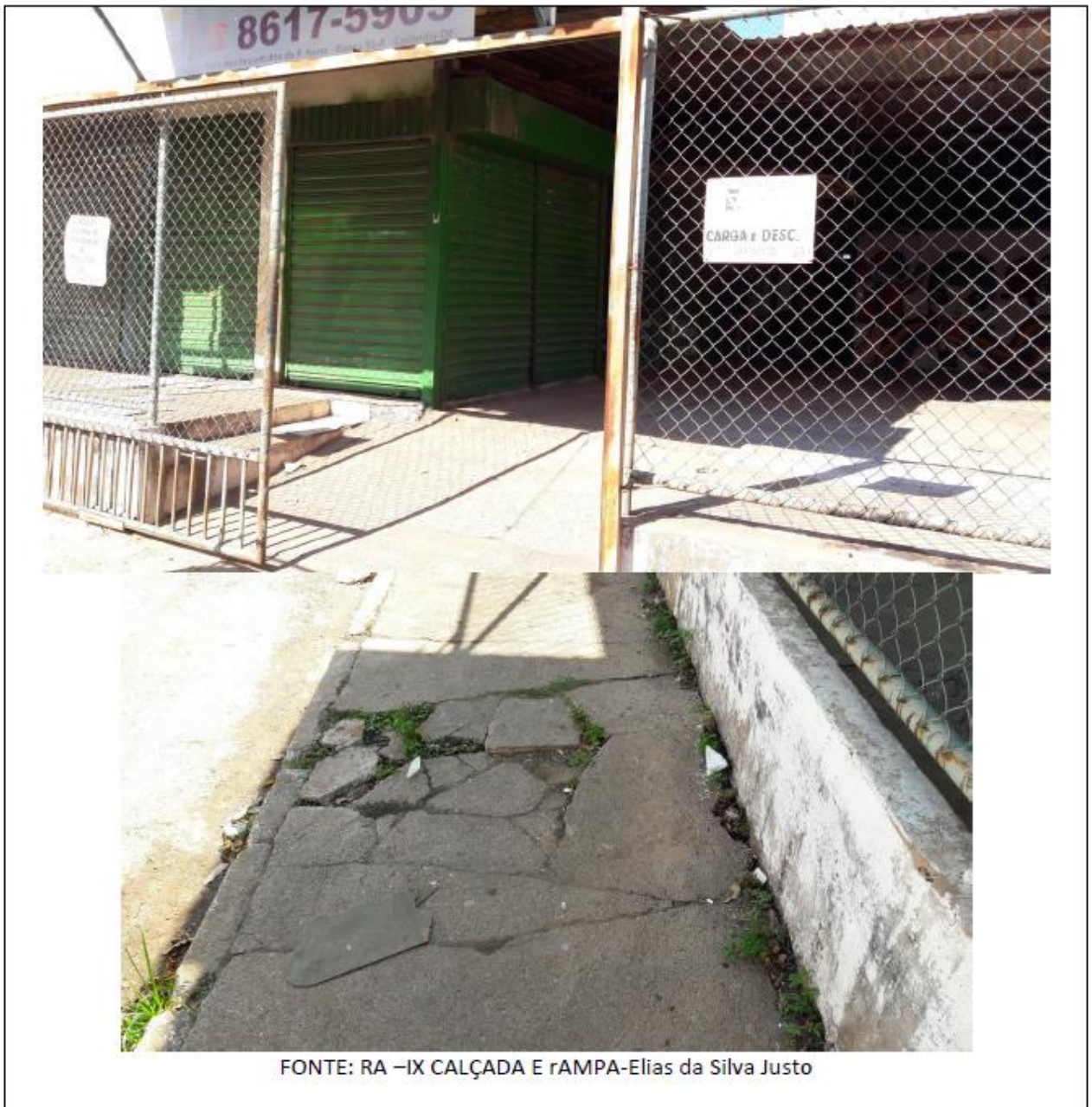
**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



FONTE: DIOB-RA-IX Muretas Externase Alambrado-Elias da Silva Justo



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**





ANEXO III AO EDITAL

Modelo de Declaração da licitante nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e do art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93

À ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, declara nos termos do **Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988, e Lei 9.854/99**, que não utiliza menores de 18 (dezoito) anos, na realização de trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

Ceilândia-DF, ____ de _____ de 2017.

Representante Legal



ANEXO IV AO EDITAL

Cópia do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**SUBSEÇÃO I
Da Advertência**

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**SUBSEÇÃO II
Da Multa**

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada.

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.

**SUBSEÇÃO III
Da Suspensão**



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

**SUBSEÇÃO IV
Da Declaração de Inidoneidade**

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CAPÍTULO II
DAS DEMAIS PENALIDADES**

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

**CAPÍTULO III
DO DIREITO DE DEFESA**

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada;
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CAPÍTULO IV
DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS**

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

**CAPÍTULO V
DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS**

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA

PUBLICADO NO DODF Nº 103, DE 31 DE MAIO DE 2006 – P. 5, 6, 7.

ALTERADO PELOS DECRETOS Nos:

- 26.993, DE 12 DE JULHO DE 2006, PUBLICADO NO DODF Nº 133, DE 13 DE JULHO DE 2006, P.2.

- 27.069, DE 14 DE AGOSTO DE 2006, PULICADO NO DODF Nº 156, DE 15 DE AGOSTO DE 2006, P. 1, 2.



ANEXO V AO EDITAL

Modelo de Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

_____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins de participação na Concorrência Pública nº 01/2017-CPL/RAIX, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Ceilândia-DF, ____ de _____ de 201x.

Representante Legal

OBS.: 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

2) Esta declaração deverá ser entregue à CPL dentro do envelope nº. 01 pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido pelo previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.



ANEXO III AO EDITAL

Minuta de Contrato

Contrato de Execução de Obras nº ____/2017 - RAIX, nos termos do Padrão nº 09/2002.
Processo nº 138.000.xxx/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

O Distrito Federal, por meio da _____, representado por _____, na qualidade de Administrador Regional, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CNPJ nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos: do Edital de Tomada de Preços nº xx/2017-CPL/RAIX (fls. _____); da Proposta (fls. _____); do Decreto Distrital nº 26.851/2006; Decreto Distrital nº 32.751/2011; Resolução 1.025/2009-Confea; da Lei Complementar 123/2006; e, da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de obra **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme detalhamento constante no Projeto Básico e seus Anexos (fls. Xx).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa:

IV – Fontes de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual ou de sua parcela, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, a CONTRATADA solicitará ao executor do contrato autorização para emissão da Nota Fiscal e protocolizará na Administração Regional de Ceilândia



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

com seu respectivo **Diário de Obras**, que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 dias.

7.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para empresas de fora que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal, a liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA

7.3. Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar prova de regularidade relativa à: Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para com a Secretaria da Receita Federal e para com a Fazenda do Distrito Federal, em plena validade. Ademais, por ocasião do pagamento, a contratada também deverá apresentar prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (art. 29, inc. V, da Lei n. 8.666/93).

7.4. O PAGAMENTO DA PRIMEIRA NOTA FISCAL OU FATURA ficará condicionado à apresentação da seguinte documentação, além daquela prevista nos itens 11.1 e 11.3:

- a) Diário de Obras;
- b) Licenciamento da obra;
- c) Matrícula da obra ou serviço no INSS;
- d) Relação de empregados – RE;
- e) Guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários;
- f) A.R.T. (Anotação do Responsável Técnico) – CREA/DF da obra ou serviço;
- g) Recolhimento da Garantia Contratual, prevista no Capítulo XIII; e,
- h) registro da obra perante o CREA.

7.5. O PAGAMENTO DAS DEMAIS NOTAS FISCAIS OU FATURAS ficará condicionado à apresentação da seguinte documentação, além daquela prevista nos itens 7.1 e 7.3:

- a) Diário de Obras;
- b) Relação de empregados – RE;
- c) Guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários;

7.6. A autorização para a contratada emitir a última Fatura, para pagamento, ocorrerá somente após:

- a) o recebimento provisório da obra e/ou serviço; e,
- b) a apresentação da guia de quitação das taxas de energia elétrica, água, se for o caso, à comprovação de regularidade fiscal da empresa junto a SEF/DF e relativa aos encargos sociais.

7.7. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento será susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

7.8. Não haverá antecipação de pagamentos, nos termos do art. 64 do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.9. Não serão objetos de pagamento os materiais estocados no canteiro de obras para utilização futura;

7.10. Quanto às exigências dispostas no art. 40, inciso XIV, incisos “a”, “c”, “d” e “e”, da Lei nº 8.666/93, será observado o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

7.11. Caso não seja cumprido o prazo estipulado no item 7.1, ressalvadas as hipóteses previstas nos itens 7.3, 7.4, 7.5 e 7.8, o Contratante pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE *pro rata tempore* die, proporcionalmente aos dias de atraso, conforme determina o Decreto-DF 37.121/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 – O prazo de vigência do contrato será de xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxx) dias corridos, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

8.2 – O prazo de execução da obra será de xxxx (**xxxxxx**) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, obedecendo às etapas do cronograma físico-financeiro.

8.3 – O prazo para início das obras e serviços será de até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

8.4 – As obras serão recebidas provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

8.5 – AS OBRAS/SERVIÇOS SERÃO RECEBIDAS DEFINITIVAMENTE pela Administração mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias do recebimento provisório, suficientes para vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato; condicionado a comprovação de regularidade com o INSS, FGTS e Regularidade Fiscal.

8.6. Caso o contrato ultrapasse a periodicidade inicial e supere a vigência de um ano, o reajuste será efetuado, tendo como base a data de apresentação da proposta, de acordo com a Lei nº 9.069/95 e legislação complementar, em periodicidade anual ou outra que porventura seja estabelecida pelo Poder Público, em conformidade com índice INCC/FGV, e de acordo com as disposições a serem baixadas pelo Poder Executivo, observada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento
V = valor contratual do serviço a ser reajustado;
I1 = número índice à época do reajustamento;
I0 = número índice à época do recebimento da proposta;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

8.7. Quanto às exigências dispostas no art. 40, inciso XIV, incisos “a”, “c”, “d” e “e”, da Lei nº 8.666/93, será observado o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001;

CLÁUSULA NONA – DAS GARANTIAS

9.1 – A garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato para a execução da obra será prestada na forma de _____, conforme previsão constante do Edital.

9.2 – A garantia a que se refere o item anterior deverá ser efetivamente prestada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após assinatura do contrato, sob pena de ser declarada a inexecução total da obrigação assumida, com a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira, deste instrumento.

9.3 – A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

10.1. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

10.2. A INADIMPLÊNCIA do contratado com referência aos **encargos** trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Lei nº 9.032/1995)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

- I – Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
- II – Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 – A contratada deverá recolher preço público, taxas, aluguel ou quaisquer outras despesas pela ocupação de terrenos contíguos à obra para viabilizar a sua execução, ser for necessário.

11.6 – A contrata deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

11.7 - O limite permitido para subcontratação é de 30% do valor global da obra, desde que trate de serviços mais especializados que justifiquem tal medida, condicionada à prévia e formal anuência a Administração Regional de Ceilândia, desde que atendidas às condições de habilitação pela subcontratada (regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira), as quais deverão ser mantidas durante a execução do contrato.

11.8. Comprovar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato de a contratada possuir, em seu quadro, profissional(is) de nível superior, Engenheiro Civil, com capacitação técnica para execução dos serviços, devidamente reconhecido(s) pelo CREA, detentores de atestado(s) de capacidade técnica ou Certidão(ões) de Acervo Técnico citada no subitem 4.3, profissionais esses que deverão ser os Responsáveis Técnicos da obra.

11.8.1. A comprovação do vínculo entre o profissional e a licitante deverá se dar por um dos seguintes meios: a) sócio – cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente; b) diretor – cópia autenticada do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa em se tratando de sociedade anônima; c) empregado – cópia autenticada da ficha ou livro de registro do empregado registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); d) autônomo prestador de serviço – cópia autenticada do contrato de prestação de serviços. (Incluído em cumprimento à Decisão TCDF nº 863/2015)

11.9. Dar início aos trabalhos até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço;

11.10. Empregar na execução da obra, pessoal legalmente contratado;

11.11. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Fiscalização a ser exercida pela Coordenação de Obras da Administração Regional de Ceilândia, atendendo prontamente as reclamações;

11.12. Cumprir rigorosamente os projetos, caderno de especificações e encargos e demais anexos deste ato convocatório;

11.13. Cumprir rigorosamente as normas do Código Civil, Código de Edificações, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes;

11.14. Comunicar a Coordenação de Administração Geral - COAG, desta Administração Regional, por escrito, qualquer alteração havida no seu ato constitutivo, estatuto ou contrato social, durante o prazo de execução da obra, juntando os documentos comprobatórios, por cópia autenticada;

11.15. Manter permanentes contatos com a Administração objetivando evitar interrupções na execução da obra;

11.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitação, quando a fiscalização verificar vícios, defeitos ou incorreções na execução ou no material empregado;

11.17. Indenizar ou restaurar, quando for o caso, os danos causados às vias ou logradouros públicos, bem como as redes de infraestrutura dos edifícios, durante a execução da obra;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 11.18. Providenciar, às próprias expensas, todas as ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, energia elétrica, telefone, etc., e responsabilizar-se pelo pagamento referente ao respectivo consumo às prestadoras de serviço, até a entrega da obra;
- 11.19. Entregar a obra completamente limpa;
- 11.20. Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do pessoal e serviços, tais como salários, encargos sociais, impostos, seguros e afins;
- 11.21. Responsabilizar-se civil e criminalmente, fiscal e trabalhista, por todo e qualquer dano que venha causar à Administração ou prepostos, em decorrência da execução da obra objeto desta licitação, não cabendo a Administração, em nenhuma hipótese, responsabilidade por quaisquer danos verificados durante a vigência do contrato, diretos ou indiretos, ou lucros cessantes;
- 11.22. Responsabilizar-se, ainda, por eventuais danos ou desvios de bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar a reparação correspondente logo após o recebimento da notificação, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber;
- 11.23. Designar, quando da assinatura do Contrato, Engenheiro Civil ou Arquiteto que assuma a fiscalização e a responsabilidade técnica da obra até o recebimento definitivo, que terá, obrigatoriamente, de ser o referido nos atestados, indicando nome, endereço, telefone, registro no CREA;
- 11.24. Assumir a responsabilidade por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, inclusive ao pagamento de seguros contra acidente de trabalho, contra incêndio e a favor de terceiros;
- 11.25. Adaptar todos os projetos executivos e o caderno de especificações e encargos, em razão de possíveis alterações do projeto original. A referida adequação deverá ser submetida à aprovação da fiscalização da contratante e dos órgãos públicos pertinentes;
- 11.26. Submeter à apreciação da fiscalização da Administração Regional de Ceilândia-RAIX qualquer substituição na parte técnica ou de empresa subcontratada. Quando o profissional substituído tiver contribuído com acervo técnico, descrito anteriormente, seu substituto também deverá possuí-lo;
- 11.27. Entregar à contratante, ao término da obra, todos os documentos de garantia e "AS BUILT" dos serviços executados, de acordo com a legislação vigente, bem como todos os projetos de arquitetura e respectivos detalhes;
- 11.28. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e nas condições de habilitação e qualificação exigidas para a habilitação;
- 11.29. Caso a empresa vencedora da licitação tenha sede fora do DF, antes da assinatura do contrato, deverá providenciar o visto do CREA/DF em seu Registro expedido pelo CREA de origem, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas neste edital;
- 11.30. A contratada deverá recolher preço público, taxas, aluguel ou quaisquer outras despesas pela ocupação de terrenos contíguos à obra para viabilizar a sua execução, se for necessário.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

11.31. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. Das Espécies

13.1.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:**

I - Advertência;

II - Multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração de qualquer esfera da Federação, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2. Da Advertência

13.2.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedida pelo Administrador Regional (Ordenador de Despesas) se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.3. Da Multa

13.3.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo Administrador Regional (Ordenador de Despesas) por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Redação do Decreto nº 35.831/2014)

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério da Administração Regional de Ceilândia-RAIX, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Redação do Decreto nº 35.831/2014)

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Redação do Decreto nº 35.831/2014)

13.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na Administração Regional, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - O atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.1.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da Administração em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem **13.3.1**.

13.3.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.3.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

13.4. Da Suspensão

13.4.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pelo Administrador Regional (Ordenador de Despesas), a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2. O Administrador Regional (Ordenador de Despesas) é a autoridade competente para aplicar a penalidade de suspensão quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório e/ou na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União).

13.4.4. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5. Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Administrador Regional, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item **13.5** permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União), e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. Das Demais Penalidades

13.6.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, estarão sujeitas às seguintes penalidades, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - Suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - Declaração de inidoneidade, nos termos do subitem **13.5**;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem **13.4.3** e **13.4.4**.

13.6.2. As sanções previstas nos subitens **13.4** e **13.5** poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7. Do Direito de Defesa

13.7.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União), devendo constar:

I - A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - O prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5. Após o julgamento do (s) recurso (s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, o Administrador Regional providenciará a sua imediata divulgação no site www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.7.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e no Diário Oficial da União (quando os recursos forem oriundos da União) as sanções aplicadas com fundamento nos subitens **13.2** e **13.3** deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. Do Assentamento em Registros

13.8.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.9. Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.10. Disposições Complementares

13.10.1. As sanções previstas nos subitens **13.2**, **13.3** e **13.4** do presente capítulo serão aplicadas pelo Administrador Regional (Ordenador de Despesas).

13.10.2. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente na Administração Regional.

13.11. É proibida a utilização de mão de obra infantil para a execução do objeto desta licitação (Lei nº 5.061, de março de 2013).

13.11.1. **O uso ou emprego da mão de obra infantil constitui motivo para a rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme artigo 2º da Lei Distrital nº. 5.061 de 08/03/2013.**

13.12. **Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.**

13.13. O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, que incentive a violência contra a mulher, que exponha a mulher a constrangimento, que seja homofônico, ou que represente qualquer tipo de discriminação constitui motivo para rescisão de contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. (Lei nº 5.448/2015).



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DISSOLUÇÃO

O Contrato poderá ter rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2. O contrato poderá ser rescindido, a critério da Administração, conforme dispõem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EXECUTOR

O Distrito Federal, por meio da Administração Regional de Ceilândia-RAIX, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Administração Regional de Ceilândia-RAIX.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília-DF, ____ de _____ 2017.

Pelo Distrito Federal:

Administrador Regional de Ceilândia

Pela contratada:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO VII AO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA

Ref.: Concorrência nº. 01/2017-CPL/RAIX.
Processo nº. 138.000.416/2017.

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº. _____,
sediada em _____, por intermédio de seu representante legal o Senhor
(a) _____, declara conhecer o local a ser executada a obra
bem como todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução da mesma,
tendo declinado do direito de participar da Vistoria ao local da referida obra.

Ceilândia-DF, _____ de _____ de 2017.

Responsável Legal da Empresa

Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, assinada pelo responsável legal da empresa.



ANEXO VIII AO EDITAL
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos para fins de participação na Concorrência 01/2017-CPL/RAIX, que a empresa _____, CNPJ nº _____, representada por seu Responsável Legal _____, realizou vistoria, nos locais onde serão realizados os serviços, objeto deste Edital.

Ceilândia-DF, _____ de _____ de 2017.

**Engenheiro ou Arquiteto da Administração Regional de
Ceilândia-RAIX**

Responsável Legal da Empresa



ANEXO IX AO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS DETALHES EXECUTIVOS

Ref.: Concorrência nº. 01/2017-CPL/RAIX.

Processo nº. 138.000.416/2017.

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº. _____, sediada em _____, por intermédio de seu representante legal o Senhor (a) _____, declara para os devidos fins que examinou os detalhes do Edital da CONCORRÊNCIA Nº. 01/2017-CPL/RAIX e seus Anexos, e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução da obra/serviço e a natureza do local de que trata esta licitação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Administração Regional de Ceilândia-RAIX. Assim, declara dispor de todas as informações necessárias para fins de preparação da PROPOSTA DE PREÇOS.

Ceilândia-DF, _____ de _____ de 2017.

Responsável Legal da Empresa

Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, assinada pelo responsável legal da empresa.



ANEXO X AO EDITAL

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE E
SUBCONTRATAÇÃO
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. 01/2017-CPL/RAIX.

Eu, _____ Engenheiro Civil, CREA _____ na qualidade de Responsável Técnico da _____(nome da empresa)_____, estabelecida _____(endereço completo), CNPJ _____, declaro e atesto que os preços unitários, totais, globais e o BDI são de minha responsabilidade e compatíveis com o objeto e prazo desta licitação, com as condições do local onde serão executados os serviços e suas particularidades, e os quantitativos apresentados na planilha do orçamento a ser preenchida, estando incluídos todos os serviços e equipamentos a serem entregues.

Declaro também que subcontratarei os serviços especializados somente de pessoas física ou jurídica habilitadas na forma da lei, após a anuência da fiscalização.

Ceilândia-DF, _____ de _____ de 2017.

NOME / IDENTIFICAÇÃO
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE



ANEXO XI AO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIAS DE FATOS IMPEDITIVOS (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. 01/2017-CPL/RAIX.

Declaramos para fins de participação em processo licitatório, referente à CONCORRÊNCIA Nº 01/2017-CPL/RAIX, que a empresa de Razão Social _____, CNPJ nº _____

() não tem nenhum impedimento de participar deste certame;
Estamos ciente da obrigatoriedade de declarar imediatamente as ocorrências posteriores à licitação ou que vierem a acontecer durante a execução do contrato.

Ceilândia-DF, ____ de _____ de 2017.

NOME / IDENTIFICAÇÃO



ANEXO XII AO EDITAL
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E
INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 01/2017-CPL/RAIX

Eu, _____, Engenheiro Civil, CREA nº _____, de ____/____/____
(data do registro) declaro, para os devidos fins e efeitos legais, que assumirei a Responsabilidade Técnica da obra objeto deste certame, caso a empresa _____ CNPJ Nº _____ venha a ser contratada para a execução do projeto.

Declaro ainda que a equipe técnica que atuará na execução da obra serão os seguintes profissionais, com os seguintes ramos de especialidade, nº do CREA e data do respectivo registro:

Ceilândia-DF, _____ de _____ de 2017.

CREA nº _____



ANEXO XIII AO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

Declaramos para os devidos fins de direito que a presente pessoa jurídica não possui administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança nos termos do Decreto Distrital n. 32.751/2011.

Ceilândia-DF, _____ de _____ de 2017.

Responsável Legal da Empresa